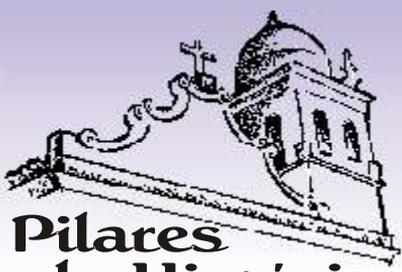


REVISTA
A



**Pilares
da História**

Textos sobre História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense.

Ano I - nº 01 - Edição Trimestral - outubro / novembro / dezembro de 2002

NESTA EDIÇÃO:

O Instituto Histórico

Igreja Nossa Senhora do Pilar

A Saga dos Serfaditas - Cristãos
Novos na Baixada Fluminense

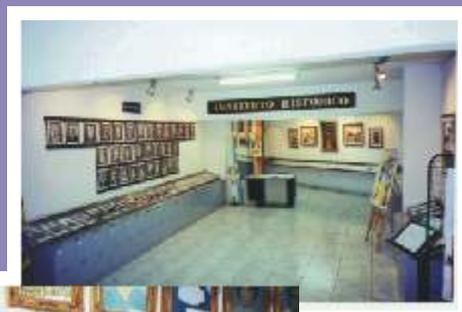
Fazenda São Bernardino

Mauá e o Trem

A Dependência Econômica
dos Jornais do Interior

Primeiros Tempos da Feira
de Arte no Calçadão de
Duque de Caxias

Centro de Memória - Caminhos
e Descaminhos na Produção da
História da Baixada Fluminense



CÂMARA MUNICIPAL
DE DUQUE DE CAXIAS



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

Órgão de divulgação conjunta:
Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e
Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

REVISTA PILARES DA HISTÓRIA

Órgão de divulgação conjunta:
INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS e
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

PRESIDENTE DA CMDC:
Vereador Gilberto José da Silva

DIRETOR GERAL DA CMDC:
Roberto Ferreira de Carvalho

DIRETORA DO INSTITUTO HISTÓRICO:
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

PRESIDENTE DA ASAMIH:
Maria Vitória Souza Guimarães Leal

CONSELHO EDITORIAL:
Alexandre dos Santos Marques
Carlos de Sá Bezerra
Odemir Capistrano Silva
Ruyter Poubel
Sandra Godinho Maggesi Pereira
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

COLABORADORES:
Alda Regina Siqueira Assumpção
Diogo de Oliveira Ramos
Jamila Pinheiro Elmais
Manoel Mathias Thibúrcio Filho
Roselena Braz Veillard
Suely Alves Silva

CAPA:
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

FOTOS / CAPA:
Salão de Exposições e Vitrine do
Instituto Histórico -
Acervo Iconográfico do Instituto Histórico

CORRESPONDÊNCIA:
Rua Paulo Lins, 41 - Jardim 25 de Agosto
CEP: 25071-140 - Duque de Caxias - RJ
Telefone: 2671-6298 ramal 247
site: <http://www.cmdc.rj.gov.br/>

EDITORIAL

UMA HISTÓRIA SOBRE PILOTIS

A proposta da revista Pilares da História é discutir a construção da História da Baixada Fluminense sobre pilotis. Mais ou menos como se esses pilotis fossem altares de uma perspectiva ou um olhar não necessariamente sacralizado, mas obrigatoriamente atento ao rigor da pesquisa acadêmica, sustentada pelos seus artifícios - os iguaçuanos e as hidras de Iguaçu. Trata-se assim de um espaço que se abre para a produção de conhecimento histórico e para estabelecer um diálogo entre essa área de conhecimento e outras disciplinas, partindo dos desafios da História Local e Regional.

A apresentação de estudos da História Local e Regional possibilitará desvendar a teia de eventos passados e presentes. Nesse reconstruir historiográfico, as abordagens apontam para os campos de análise política, econômica, cultural e social. Os artigos devem contribuir com temáticas de relevância social, possibilitando uma análise crítica do caminhar da sociedade da Baixada Fluminense.

Para Michel de Certeau, aquele que escreve história, fala de um lugar social ao qual pertence e que representa. A tarefa do historiador se expressa segundo pontos de vista do presente (de uma história em curso) a respeito do passado; ou, dito de outra forma, segundo uma história do presente, pensada e construída a partir de sua posição no presente para uma análise do passado. Nas palavras do autor de *A operação histórica*, "considerar a história como uma operação é tentar compreendê-la com a relação entre um *lugar* e *procedimentos* de análise. É admitir que a história faz parte de uma 'realidade' da qual trata, e que essa realidade pode ser captada enquanto atividade humana, 'enquanto prática' ". Produzir história constitui-se, portanto, num fazer-se cotidiano, ofício transformador, para o qual conclamamos todos.

Agradecemos o apoio:

CEMPEDOCH-BF / FEUDUC -
Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense /
Fundação Educacional de Duque de Caxias

IPAHB -
Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Vereador Gilberto José da Silva

Apesar do novo retrato socioeconômico brasileiro indicar alguns avanços na área educacional do país, na última década, com uma pequena redução na taxa de analfabetismo e na de crianças fora da escola, sabemos que ainda há muito por fazer.

Acredito que somente educação e cultura possam realizar uma verdadeira transformação social no Brasil e, por isso, nunca poupei esforços para criar ou fortalecer qualquer iniciativa que sirva de instrumento para a propagação cultural.

A restauração de centros históricos, a reforma e recuperação de bibliotecas, as celebrações, por todo o País, de feiras e shows de música e artes, mostram que, a despeito de avanços que ainda são necessários nas áreas econômica e social, os brasileiros estão redescobrando a importância de sua própria cultura, o que nos remete a um sentimento de esperança no futuro.

Assim, como Presidente da Câmara Municipal de Duque de Caxias, incentivei a revitalização dos espaços culturais da Casa, criando o "Corredor Cultural", com o objetivo de aproximar o máximo possível a comunidade de manifestações artísticas e culturais.

O Corredor Cultural é formado pelo Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, pela Sala de Leitura Dr. Moacyr Rodrigues do Carmo e pelo Teatro Procópio Ferreira.

O Instituto Histórico guarda obras, fotografias e documentos, doados por pessoas e instituições, que são parte significativa da história do município de Duque de Caxias e também da Baixada Fluminense. Fonte de estudos para muitos pesquisadores, esse acervo foi alvo, a partir de 2001, de projeto de preservação, executado com alto nível técnico e organizacional, indispensável para a salvaguarda das obras. O Instituto Histórico mantém ainda um espaço físico para a realização de exposições e uma sala para exibições de vídeo e áudio, buscando a

integração cultural com a comunidade.

Foi criada ainda a Associação dos Amigos do Instituto Histórico da Câmara, entidade sem fins lucrativos, para colaborar com o aprimoramento e desenvolvimento das atividades do Instituto.

A Sala de Leitura possui um acervo de mais de 15 mil livros, dos clássicos aos didáticos, recebendo, diariamente, um público de mais de 100 pessoas, entre pesquisadores e estudantes de todas as idades.

O Teatro Procópio Ferreira, com uma sala para 450 pessoas, mantém uma programação variada à disposição do público. Além de atender a pesquisadores que procuram conhecer a história do teatro e da cultura da Baixada Fluminense, e realizar cursos e seminários para a comunidade, o Teatro Procópio Ferreira também vem procurando formar novas platéias, por meio do projeto "A Escola vai ao Teatro", contabilizando cerca de 50.000 espectadores, anualmente, entre alunos das escolas municipais, estaduais e particulares.

Há, evidentemente, a falta de investimento do governo federal na área cultural, em favor de uma vigorosa política de parceria entre o Estado brasileiro, os produtores culturais e a iniciativa privada. Mas uma nova eleição se aproxima e a chance de alcançarmos um novo estágio de estabilidade econômica, com pleno emprego e igualdade, nos leva a acreditar que a energia social antes empregada pela sociedade na luta pela sobrevivência pode ser canalizada também para a preservação das identidades culturais.

ÍNDICE

O Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias <i>Tania Maria da Silva Amaro de Almeida</i>	07
Igreja Nossa Senhora do Pilar <i>Guilherme Peres de Carvalho</i>	11
A Saga dos Serfaditas - Cristãos Novos na Baixada Fluminense - Séculos XVII e XVIII <i>Gênesis Pereira Torres</i>	17
Fazenda São Bernardino <i>Ney Alberto Gonçalves de Barros</i>	45
Mauá e o Trem <i>Rogério Torres da Cunha</i>	47
A Dependência Econômica dos Jornais do Interior <i>Ruyter Poubel</i>	55
Primeiros Tempos da Feira de Arte no Calçadão de Duque de Caxias - 1976 (Registros e Memória) <i>Stélio José da Silva Lacerda</i>	59
Centro de Memória - Caminhos e Descaminhos na Produção da História da Baixada Fluminense <i>Alexandre dos Santos Marques</i>	79
Seção “Memória Viva” Memória Viva: Uma Apresentação <i>Antônio Augusto Braz</i>	95
Seção “Iconografia”.....	101
A Associação dos Amigos do Instituto Histórico	121

NOTA SOBRE O INSTITUTO HISTÓRICO

*Tania Maria da Silva Amaro de Almeida*¹

O Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias teve sua origem a partir da necessidade que a antiga Biblioteca José do Patrocínio (atualmente Sala de Leitura Dr. Moacyr Rodrigues do Carmo e que se situa no 3º andar do prédio da Câmara) sentia de atender seus leitores mais interessados em conhecer o passado do Município. Essa idéia surgiu no início da década de 1970, tendo sido o Instituto Histórico, órgão anexo à Câmara Municipal, inaugurado em 31 de janeiro de 1973, passando a ser denominado Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto (Resolução 494, de 11 de dezembro de 1980).

Fonte de estudos obrigatória para muitos pesquisadores, o Instituto Histórico é responsável pela guarda de obras - fotografias, documentos e objetos - que se originaram de doações feitas através de pessoas e instituições e que fazem parte de um referencial significativo para a história do Município de Duque de Caxias e também da Baixada Fluminense.

Com o decorrer do tempo, o núcleo inicial multiplicou-se e chegou a abranger aproximadamente 8 mil peças. Porém, após muitas perdas, seja devido a empréstimos que não retornaram, ou justamente pela falta de uma política de preservação adequada, estima-se que o acervo atinja, atualmente, cerca de 7 mil peças. Por meio de levantamento quantitativo por amostragem realizado recentemente, constatou-se que esse acervo é hoje constituído por cerca de 4.900

¹Licenciada e bacharelada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela mesma universidade.

Ex-auxiliar de pesquisa da Seção do Poder Judiciário - Divisão de Documentação Escrita - Arquivo Nacional.

Ex-professora da rede particular de ensino.

Ex-supervisora do Projeto de Preservação dos Acervos Arquivístico e Bibliográfico do Museu Nacional de Belas Artes.

Sócia Titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores.

Diretora do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e supervisora das atividades de preservação desse órgão.

reproduções fotográficas, 450 documentos textuais, 400 livros/revistas/boletins, 1.100 jornais e recortes, 80 quadros, além de objetos de uso pessoal e vestuário - alguns deles expostos em uma mostra permanente para o público interessado.

Análise preliminar do acervo em questão mostrou que ele se encontrava em processo de degradação crescente, em decorrência das agressões sofridas durante os últimos anos. O material carece de processamento técnico adequado para levantamento e catalogação em quantidade e qualidade reais, além de tratamento de preservação para não se deteriorar ainda mais e permitir, assim, conter os danos presentes.

Em muitas instituições públicas e privadas, detentoras de preciosos acervos documentais, a má conservação e a má utilização do material, vêm danificando, ao longo dos anos, e em algumas vezes de forma quase irreversível, essas peças. Por isso, entre as tarefas prioritárias de uma instituição cultural que visa atender aos que buscam construir a história (no nosso caso, a história do nosso município e da região da Baixada Fluminense), devem constar iniciativas ligadas ao aprimoramento das condições de guarda e processamento técnico do acervo, sempre buscando as soluções mais convenientes para a salvaguarda e o resgate imediato das informações requisitadas.

Mais recentemente, essa preocupação com os acervos e a conservação de bens culturais, entre eles as *obras sobre papel*, vem merecendo crescente atenção por parte daqueles que passaram a compreender que a atitude de manter a integridade das peças (ao invés de restaurá-las mais tarde) é indispensável quando se trata de valorizar as obras e a memória histórica de um povo.

Preservar uma obra é não permitir que ela seja afetada por fatores externos a ela. Assim, chamamos preservação toda e qualquer atitude de conservação ou de restauração, entendendo-a "não só como a perpetuação do bem cultural, mas sim como uma forma de retardar seu processo de deterioração".²

"A preservação não é um fim em si mesmo. Só preservamos para que as

²Política de Preservação de Acervos Institucionais / Museu de Astronomia e Ciências Afins; Museu da República. Rio de Janeiro, MAST, 1995.

informações contidas nos bens culturais possam favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história, permitindo, assim, o exercício pleno da sua cidadania".³

Preservar o acervo documental, recuperar a memória cultural, divulgar a história da região - são esses atualmente, os objetivos do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

No início de 2001, por iniciativa da Presidência da Câmara Municipal de Duque de Caxias, surgiu a idéia de desenvolver um Projeto de Preservação, para que fosse realizado um trabalho, sistemático e integrado, de conservação e processamento técnico do acervo.

Desde então tiveram início, no Instituto Histórico, **atividades de preservação**, utilizando-se metodologias de conservação preventiva, entre as quais destacam-se a limpeza mecânica de cada documento, seu conveniente acondicionamento e a armazenagem em mobiliário tratado, além do diagnóstico técnico das obras, objetivando a catalogação precisa dos diversos itens constantes do acervo.

Essas atividades de preservação estão sendo realizadas com os acervos arquivístico e bibliográfico, ou seja, os documentos textuais, livros, jornais, as reproduções fotográficas, revistas e outras obras sobre papel que se encontram armazenadas no conjunto do acervo do Instituto Histórico.

Iniciando as atividades de conservação preventiva pelas reproduções fotográficas, foram organizados grupos contemplando as seguintes temáticas: políticos e personalidades; solenidades e eventos na Câmara Municipal de Duque de Caxias; diversos assuntos sobre o Município (por exemplo: obras públicas, arquitetura, panorâmicas, esportes, escolas, clubes e associações, atividades culturais e artísticas, entre outros). Até o momento, foram tratadas cerca de 2.500 fotografias, que encontram-se catalogadas, higienizadas, devidamente acondicionadas e armazenadas, estando à disposição dos pesquisadores. Entretanto, sob nenhuma hipótese, os documentos poderão ser retirados do Instituto Histórico, local onde as pesquisas

³ Política de Preservação de Acervos Institucionais / Museu de Astronomia e Ciências Afins; Museu da República. Rio de Janeiro, MAST, 1995.

deverão ser realizadas, visando sobretudo a salvaguarda do acervo.

Preservar é o ponto mais relevante da nossa proposta de trabalho. Isso é feito por meio da estabilização do desgaste natural e da prevenção dos danos que poderiam ser causados à documentação pelo tempo e, principalmente, pelo homem, com atividades preventivas, proporcionando assim uma maior longevidade ao acervo.

O grupo de trabalho, coordenado por uma historiadora especialista na área de preservação de acervos documentais, é composto pela própria equipe do Instituto Histórico que está sendo constantemente treinada para as atividades, e conta com o apoio de dois estagiários da área de história.

À medida que esse trabalho for se desenvolvendo, com certeza se verificará a grandiosidade, real extensão e importância deste acervo, relevante para a memória do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense.

Além de abrigar esse acervo tão importante, o Instituto Histórico mantém ainda um espaço físico para a realização de exposições voltadas para o público em geral e uma sala dotada de equipamentos audiovisuais para a execução de documentos de registro sonoro e a exibição de peças gravadas ou reproduzidas em videoteipe.

Integrando o corredor cultural da Câmara Municipal de Duque de Caxias, o Instituto Histórico, com sua nova proposta de incentivo à pesquisa sobre dados históricos e culturais da cidade e outros municípios vizinhos, recebeu cerca de 700 pesquisadores e visitantes, de fevereiro de 2002 até o momento. Promoveu também, exposições fotográficas, exibições de documentários, palestras e debates focalizando os mais variados temas. Em 30 de abril de 2002, colaborando com as atividades em comemoração ao Dia da Baixada Fluminense, prestou homenagem a diversas personalidades regionais. O evento reuniu importantes intelectuais, artistas e pesquisadores da história e cultura da região. Cerca de 200 pessoas visitaram a exposição de textos e fotografias.

Rua Paulo Lins, 41 - Jardim 25 de Agosto

CEP: 25071-140 - Duque de Caxias - RJ

Tel: 2671-6298 ramal 247

Funcionamento: de 2ª a 6ª feira, das 10 às 17 horas

IGREJA NOSSA SENHORA DO PILAR

*Guilherme Peres de Carvalho*¹

Ao expirar o primeiro século de ocupação em torno da Baía de Guanabara, os vales dos rios Suruí, Magé, Inhomirim, Macacu, Meriti e Iguazu já apresentavam movimentos de ocupação com a cultura de cereais, mandioca e cana-de-açúcar, cujos primeiros engenhos começavam a fumar. Um desses sesmeiros no vale do rio Iguazu foi Gaspar Sardinha, que ocupou, a partir de 1571, vasta área de terra naquela região.

Seus descendentes, Domingos Nunes Sardinha e sua mulher Maria da Cunha, foram os doadores de 500 braças de terra em quadra próximo ao Jaguaré para construção de uma ermida sob a invocação de Nossa Senhora das Neves, estabelecendo-se ali um curato sob orientação do prelado Mateus da Costa Aborim, por escritura de nove de junho de 1612, origem da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Pilar, hoje em terras pertencentes a Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

Segundo as informações do visitador Araújo em 1737, sabe-se que a freguesia foi formada pouco mais ou menos em 1612, como ermida, no alto do morro das Neves em louvor a Nossa Senhora das Neves, na fazenda do Cangulo, transferida em 1696 para uma nova igreja sob a invocação de Nossa Senhora do Pilar, às margens do rio Morabahy (antiga denominação do rio Pilar), e para ela veio o

"reverendo, capelão curado, o padre Joaquim Moreira, exercer as funções de pároco, passando para ela o título de paróquia, que até então estava na dita capela das Neves. Principiou ter uso, depois de benzido pelo provisor Thomé de Freitas da Fonseca, no dia 3 do mês dito e ano de 1697."

¹ Membro da Academia de Letras e Artes de Nova Iguaçu e da Academia de Letras e Artes de São João de Meriti.

Fundador do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense - IPAHB.

O "Santuário Mariano" de Frei Agostinho de Santa Maria, referindo-se a essa freguesia, no ano de 1723, nada diz sobre a sua criação, dedicando-se apenas a conclamar aos párocos "que deviam reedificar a igreja, por perceberem avultadas rendas, provenientes de suas administrações e do negócio dos mineiros, que naquele porto, paravam no giro das Minas Gerais". Por esse documento vê-se o intenso movimento de tropeiros e negociantes que agitavam o porto do Pilar no início do século XVIII, com a passagem do ouro.

A construção e transferência para a nova matriz como sede da freguesia deu-se antes de 1696, como nos informa monsenhor Pizarro:

"Depois que se abriu o caminho novo das minas, fez-se a matriz existente. Combinando a notícia sobredita (a da doação de Sardinha e sua mulher), certifica-se a criação do primeiro templo dedicado à Nossa Senhora do Pilar antes de 1696 ou nessa mesma era em que Manuel Pires e sua mulher Catarina de Sena, cederam o terreno para a edificação e reduziram esta dádiva e escritura pública, em dias do mês de agosto."

Logo após a bênção, em três de maio de 1697, verificaram-se as primeiras ruínas da nova matriz. "Cuidaram então os fiéis de erguer nova igreja com paredes de pedra e cal numa das margens de rio Pilar e concorreram para a obra com esmolos".

A doação desse terreno, como vimos, à irmandade Nossa Senhora do Pilar, foi feita por Manuel Pires e sua mulher entre os anos de 1702 e 1704 e ficava nas cercanias do rio Morobai, antigo nome do rio Pilar.

A escassez de recursos, porém, não foi suficiente para a conclusão da construção e, atendendo a um pedido do vigário João Alves de Barros, o governador do Rio de Janeiro determinou, pela ordem de 26 de janeiro de 1717, que a fazenda real destinasse um pagamento de 400\$000 durante quatro anos. Para terminar o corpo da obra, ordenou a Coroa real, então, a aplicação durante mais quatro anos, da quantia de 250\$000, pela previsão de 3 julho de 1727, que, segundo monsenhor Pizarro:

"... estava assente em terreno pouco acima da guarda do Pilar e media então 814 palmos da porta principal até o

arco da capela-mor. Esta se estendia por 50 palmos de comprimento sobre 34 de largura acomodando nesse espaço o sacrário, onde é perpetuamente adorado o Santíssimo Sacramento."

Ponto de referência para o começo do "Caminho Novo das Minas", aberto por Garcia Pais e próximo à povoação de "Nossa Senhora do Caminho Velho", Pilar conheceu grandes momentos de opulência econômica com a criação de um porto do mesmo nome. Afluente do rio Iguaçu, o rio Pilar recebia e despachava embarcações que, saindo do Rio de Janeiro, recortavam o litoral de Iguaçu, cerca de 33 quilômetros acima da foz desse rio, até a vila do mesmo nome, no século XIX.

Em 1789 "o povoado do Pilar contava com 3.895 habitantes sendo 2.727 livres e 1.168 escravos, apresentando assim, maior densidade demográfica em relação aos demais distritos de Iguaçu, constituído por Piedade de Iguaçu, Jacutinga, Marapicu".

Para melhor escoamento dos produtos agrícolas e riquezas minerais (ouro e pedras preciosas), o vale do Iguaçu sempre mereceu cuidados especiais desde os tempos do Brasil Colônia até o governo da Regência.

O movimento do Porto do Pilar foi de tal maneira importante para a corte como passagem do ouro, que ela fez ali construir um "registro" para fiscalização dos quintos.

Na carta topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, feita pelo sargento-mor Manuel Vieira Leão, em 1767, no vice-reinado do Conde da Cunha, encontra-se assinalada na confluência do rio Pilar com o Iguaçu uma barreira dessa fiscalização, com a legenda "Guarda do Pilar".

As lavouras de cana-de-açúcar que dominavam a região abasteciam um grande engenho do capitão Luciano Gomes Ribeiro, "que todos os anos faz 40 caixas de açúcar, entre branco e mascavo - e dezessete pipas de aguardente", ocupando 74 escravos. Contribuíam também com três engenhos as de Mateus Chaves e dos capitães Pedro Gomes de Assunção e João Carvalho de Barros, produzindo anualmente aguardente e "16.274 alqueires de farinha".

Segundo o mestre de campo Fernando Dias Paes Leme, no final do século XVIII "a freguesia de Nossa Senhora do Pilar contava com 283 fogos (casas)".

Trafegado por grande número de barcos, graças ao volume de suas águas, o rio Pilar e o Iguaçu conheceram momentos de opulência com o transporte de lenha, tijolos, telhas, açúcar, aguardente e cereais, que se acumulavam nos portos de suas margens em direção ao Rio de Janeiro. "Algumas casas comerciais possuíam número superior a dez barcos", assinala Moreira Pinto, em seu "Dicionário Geográfico".

A decadência de Pilar começou ainda na regência. Com o desmatamento e o assoreamento dos rios, formaram-se pantanais responsáveis por febres palustres que causaram centenas de vítimas entre 1833 e 1835. A cólera também atingiu a região em 1851, ceifando inúmeras vidas. O cemitério da velha matriz, "onde se fazia os sepultamentos foi naquele ano interditado, proibindo-se a abertura de novas catacumbas".

Fazendo parte da Vila Iguaçu por decreto de 15 de janeiro de 1833, passou a pertencer à Vila da Estrela, conforme art. 1º. da Lei Provincial de 20 de maio de 1846. Com a extinção da Vila da Estrela em 1892, volta Pilar "ao termo de Iguaçu que também fora acrescido com a freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim".

Em meados desse século ainda se via em ruínas o solar que pertenceu a José Pedro da Mota Saião, o barão do Pilar, vestígio de uma época faustosa, onde tropas e tropeiros se revezavam num alarido constante transportando a riqueza que se formava na "faustosa aristocracia do café".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PERES, Guilherme. Baixada Fluminense, os Caminhos do Ouro. Rio de Janeiro: Cons. Adm. Edições, 1993.

PINTO, Alfredo Moreira. Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

PIZARRO e ARAUJO, José de Souza Azevedo. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: I.N.L-Imprensa Nacional, 1945.

SANTA MARIA, Frey Agostinho de. Santuário Mariano. Lisboa: Livraria Antonio Pedrozo Gair, 1723.

SANTOS, Noronha. Crônicas da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

A SAGA DOS SERFADITAS: Cristãos-Novos na Baixada Fluminense

(Século XVII E XVIII)

*Gênesis Pereira Torres*¹

1. Introdução

Este pequeno ensaio, síntese de uma pesquisa mais alongada que estamos desenvolvendo, teve *a priori* como preocupação buscar informações acerca da ocupação da Baixada Fluminense, também chamada de Recôncavo Guanabarrino, a partir da segunda metade do século XVI. Tal preocupação também se assentava na falta de informações sobre o comportamento religioso, social, político, econômico e cultural da comunidade baixadense no século XVII, já que as informações com maiores conteúdos e consistência sobre a colonização dessa imensa área estão contidas nos relatórios e cartografias da segunda metade do século XVIII, como o caso do Mapa de Vieira Leão e do Relatório do Marquês do Lavradio.

Outra questão que se levanta, como pressuposto básicos para o entendimento do processo de colonização e que se constitui como pertinente, é a origem religiosa daqueles que por aqui passaram no início da colonização e que por razões não explicadas, à luz da pesquisa bibliográfica e documental, com exceção da Capela de São Mateus (Nilópolis, 1637) e da Capela de Nossa Senhora do Rosário na Fazenda São Bento, dos padres beneditinos (1612?), não restou nenhum patrimônio edificado que chegasse até o século XX. Ora, os judeus cristianizados, serfaditas, vieram da região de Portugal que tem tradição nas construções de pedra. São construções que desafiam o tempo em questão de durabilidade e nenhuma construção importante

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense.

Professor das redes públicas estadual, municipal e particular.

Ex-Chefe de Gabinete do Prefeito, ex-Secretário de Educação e Cultura e, ex-Vereador do Município de São João de Meriti.

Membro das Academias de Letras e Artes de Nova Iguaçu e de São João de Meriti.

Presidente do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense - IPAHB.

Secretário de Cultura, Esporte e Lazer de São João de Meriti.

foi encontrada ou preservada.

Na Baixada temos apenas a Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, com construção em pedra e que vem resistindo até os tempos atuais. Sua construção teve início na segunda metade do século XVII, as demais já correspondem à primeira metade do século XVIII, com largo uso do tijolo.

Assim compreendemos que nesta exuberante região a presença do cristão-velho submergiu a um turbilhão de cristãos-novos, judaizantes da corrente serfadita e de cripto-judeus, moldados durante dezenas de séculos entre mouros, muçulmanos, bárbaros e toda sorte de povos que habitaram na península Ibérica. Hoje, devemos entender e procurar a compreensão histórica para explicar este fenômeno da intensa miscigenação que se processou e processa na Baixada com fortíssimos componentes multiculturais, que faz aqui uma situação única no país.

2. Os serfaditas

Desde a época em que o rei Nabucodonosor conquistou Israel, os hebreus começaram a emigrar para a Península Ibérica. A comunidade judaica na península cresceu ainda mais durante os séculos II e I a.C., no período dos judeus macabeus. Mais tarde, depois de Cristo, no ano 70, o imperador Tito ordenou destruir Jerusalém, determinando a expulsão de todo judeu de sua própria terra. A derrota final ocorreu com Bar Kochba no ano 135 d.C, já na diáspora propriamente dita. A história confirma a presença dos judeus ibéricos, também denominados "sefaradim", nessa península, no período dos godos, como comprovam as leis góticas que já os discriminavam dos cristãos.

Na longa noite de mil anos que durou a Idade Média, a cultura judaica desenvolveu no continente europeu dois grandes ramos: os serfaditas e os asquenazitas. Os primeiros, também chamados de sefaraditas (sefaradim), seguiram a tendência oriental e babilônica e tiveram grande influência dos muçulmanos que habitam por longos séculos na Península Ibérica, notadamente na Espanha. Culturalmente se distinguiram por falar o idioma *ladino*, uma mistura do hebraico, o espanhol e o português. Do século XI ao XIII, quando se restabeleceu o

cristianismo, os judeus da península ibérica passaram a gozar de boas posições e prestígio, contribuindo como conselheiros, poetas, cientistas e filósofos para o florescimento econômico e cultural do período pré-renascentista e renascentista da Europa.

O outro grupo de judeus chamados de asquenazitas (ashkenazim) era radicado na França e Alemanha, adotando o Talmud *Ierushalmi* (livro que determina a doutrina e o ensino das grandes academias rabínicas dos séc. I ao VI de nossa era). Manteve, esse grupo, estreito contato com a cultura cristã. Esses judeus eram culturalmente distintos por falarem o idioma *íidiche*, uma mistura do hebraico com as línguas balcânicas.

Dos asquenazitas surgiram duas correntes místicas. Uma delas, a *cabala*, possivelmente de origem hispânica, quer dizer "tradição recebida"; em hebraico corresponde ao conjunto das doutrinas esotéricas reveladas por Deus a Moisés no Monte Sinai e dos preceitos do misticismo judaico. Desenvolvida nos séculos XII e XIII, está relacionada com o esoterismo ocidental.

"A Cabala influenciou também os segredos da Ordem dos Templários, sucedidos pela Ordem de Cristo, guardadores das ruínas do Templo de Jerusalém, do tempo das cruzadas, carregados de misticismo adquirido no Oriente em contato com mouros e judeus. Foi fundada por cavaleiros Franceses em 1127 e extinta em 1311. Os templários foram torturados e mortos na fogueira e confiscados seus bens. Em Portugal, foi substituída pelo Rei D. Dinis pela Ordem de Cristo em 1318, tinha esta Ordem caráter honorário, era remunerada e hereditária".²

Esses dois grupos estiveram presentes ao longo da nossa história. Sua presença se fez notar nos mais diferentes pontos do território brasileiro. Os sefaraditas desembarcaram em sua grande maioria nas áreas do Nordeste e Centro-Sul da colônia, fundaram sinagogas em Recife, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro e até na Amazônia no séc. XIX. Os asquenazitas vieram após a 2ª Guerra Mundial e foram em maior número para a região Sul do Brasil.

²DINES, A., op.cit., p. 994

Muito comum também chamar os cristãos-novos de marranos, que corresponde a um termo pejorativo que designa os judeus batizados judaizantes de Espanha e Portugal, assim como os seus descendentes da diáspora sefardita - aqueles que migraram para a América.

3. Cristãos-velhos e cristãos-novos

O médico Antonio Ribeiro Sanches, um retornado ao judaísmo e convertido ao cristianismo, grande batalhador pelo fim das diferenças, assim situa o tema no século XVIII:

[...] "não se conheceu o nome cristão-novo e cristão-velho em Portugal até o tempo de el-rei D. Manoel quando obrigou os judeus que tinham expulsado de Castela no ano de 1492 a abraçar a religião cristã [...] viviam estes novamente convertidos e seus descendentes sem distinção entre os mais portugueses, reputados e conhecidos por verdadeiros súditos e assim até o ano de 1536 [...] Logo que a Inquisição começou a exercitar o que o seu Diretório ordenava [...] avivou-se logo o nome de cristão-novo judeu [...] Mais notória diferença depois que se estabeleceu o costume de tirarem inquirições [de] todos aqueles que queriam entrar no Estado eclesiástico ou cargos honrosos".³

Bento Spinoza, filósofo de origem judia e portuguesa, que tinha abandonado o judaísmo, diz que "estranhava a distinção vigente em Portugal porque os convertidos deveriam ser iguais aos conversores, enquanto em Espanha eram integrados".⁴ Isso não acontecia na Espanha porque não houve a barreira discriminatória estabelecida em Portugal. O que não impediu que muitos conversos se mantivessem fiéis ao judaísmo. No "Cancioneiro de Garcia de Resende", editado em 1516, fala-se nos "christãos novos" (vol II, pp. 175, 177). Na descrição do famoso massacre de Lisboa, em 1506, emprega-se igual designação (Mendes dos Remédios, vol. I, p. 312). Em Castela, as conversões forçadas começaram durante os massacres de 1391, e a denominação, aditada posteriormente. A diferença foi abolida ao tempo de D. José (25

³DINES, A., op.cit., p. 996

⁴Spinoza, Bento, in Tratado Teológico-político, cap. III

de maio de 1773, reforçada em 15 de dezembro de 1774). Cristão-velho, por oposição, cristão genuíno.⁵

4. A nacionalidade judaica em Portugal e a pré-Inquisição

A história de Portugal e do povo judeu tem muito em comum na formação das nacionalidades, ambas confundindo-se ao longo da Idade Média na Península Ibérica. Na formação do reino português, ainda no século XII, já foi possível encontrar criptojudeus ao longo das zonas fronteiriças com a Espanha, inclusive com a presença de sinagogas e estilos próprios de vida. As razões são explicadas nas seculares lutas entre os reinos cristãos que habitavam a península e os muçulmanos de origem árabe que ali se estabeleceram por mais de 500 anos. A presença nessas zonas permitiu o desenvolvimento do comércio, clandestino ou não, com as diversas comunidades muçulmanas, bem como com a cristandade do Condado Portucalense, mais tarde Portugal.

D. Afonso Henriques, fundador do Estado português no séc. XII, ao receber as terras do condado já encontra a presença da comunidade judaica em Lisboa, Porto, Santarém e Beja. D. Afonso, ao lado da nobreza, procura expandir a fé e os domínios territoriais. A dinastia de Borgonha foi eminentemente agrária e colonizadora de novas terras e de assentamentos. Os judeus participaram ativamente desse processo, como homens empreendedores do comércio e de atividades afins. Essa presença constante ao lado do Estado permitiu-lhes tornarem-se personalidades de destaque e de relevo na sociedade portuguesa banqueiros, altos funcionários, físicos, homens de negócio. A Coroa sempre recorria a eles para empréstimos em épocas de crise.

O fundador do Estado português permitiu aos judeus momentos de tranquilidade e prosperidade. Eles tinham também um sistema comunitário autônomo no qual o grão-rabino era indicado pelo rei. Exemplo típico foi a escolha do grão-rabino Yahia Ben Yahia para ministro das Finanças, sendo também responsável pela coleta de impostos no reino. Essa prática foi seguida pelos sucessores.

No reinado de D. Dinis, a comunidade judaica gozava também de considerável proteção real e significativas regalias. É bom lembrar que a Revolução de Avis, liderada por D. Dinis, Mestre de Avis, foi possível dado ao apoio da classe "burguesa" ligada ao comércio, o qual

permitiu a Portugal, na centúria seguinte, lançar-se na aventura das grandes navegações marítimas.

Eduardo Mayone Dias, num pequeno ensaio sobre os criptojudeus da faixa fronteiriça entre Portugal e Espanha na região Norte, assim se expressou:

“A sua situação era contudo sempre precária, dado o delicado equilíbrio entre a proteção real e o intenso antagonismo da maior parte da população. Nos fins do século XV a história tomou para eles dramáticos rumos. Na vizinha Espanha avolumara-se a política anti-semítica dos Reis Católicos, baseada no desejo de uma unificação religiosa. Por provisão de 31 de Março de 1492 foi determinado que os judeus que não se convertessem teriam de deixar o país até ao fim de Julho. Os cálculos sobre os números dos que então se fixaram em Portugal oscilam, segundo as fontes, entre 30 000 e 90 000. Muitos radicaram-se nas zonas fronteiriças das províncias de Trás-os-Montes e da Beira, onde a princípio se estabeleceram arraiais ou acampamentos para os alojar temporariamente e onde poderiam procurar o apoio das comunidades judaicas já aí existentes.

Pouco depois o projetado casamento do rei D. Manuel com D. Isabel, filha dos Reis Católicos, levou-o a aceitar a exigência espanhola de expulsar todos os judeus residentes em Portugal que não se convertessem ao catolicismo, num prazo que ia de Janeiro a Outubro de 1497. Na realidade D. Manuel não tinha qualquer interesse em expulsar esta comunidade, que então constituía um destacado elemento de progresso nos sectores da economia e das profissões liberais. A sua esperança era que, retendo os judeus no país, os seus descendentes pudessem eventualmente, como cristãos, atingir um maior grau de aculturação. Para obter os seus fins lançou mão de medidas extremamente drásticas, como ter ordenado que os filhos menores de catorze anos fossem tirados aos pais a fim de serem convertidos.

Depois, quando chegou a data do embarque dos que se recusavam a aceitar o catolicismo, alegou que não havia navios suficientes para os levar e determinou um batismo em massa dos que se tinham concentrado em Lisboa à espera de transporte para outros países.

A situação dos conversos era agora, evidentemente, muito mais trágica. Antes, como judeus, tinham liberdade absoluta de praticar a sua religião. Agora, como cristãos por lei, não poderiam seguir o culto tradicional senão secretamente, sob pena de graves conseqüências. Céptico quando à ortodoxia dos conversos, sobretudo dos forçados, D. Manuel promulgou a 30 de Maio de 1498 uma medida no sentido de que durante vinte anos não devessem ser molestados pelas suas convicções ou práticas religiosas.⁶

Podemos assim observar por aí que a geração de judeus que viveram em Portugal na segunda metade do século XV e que chegaram até o século XVI, seus filhos e netos, já tinha experiência vivida para fazer novas opções de sobrevivência. No entanto o comportamento político, econômico, social e religioso da sociedade e do Estado português no século XVI certamente definiria o destino desse povo. As relações judaico-cristãs começaram a agravar-se rapidamente após a chegada a Portugal de 120 mil judeus fugitivos e expulsos pela Inquisição espanhola por meio do decreto dos reis Fernando e Isabel em 31 de março de 1492. Não demorou muito, a situação também se agravou em Portugal, com o casamento entre D. Manoel I e Isabel, princesa espanhola filha dos reis católicos. Várias leis foram publicadas nessa época, destacando-se o édito de expulsão de D. Manoel I. Por volta de 1500 quase já não havia mais judeus em Portugal, pois eles agora tinham uma outra denominação: cristãos-novos.

5. A conjuntura portuguesa seiscentista e a Inquisição

5.1 Fatores conjunturais em Portugal

Entre os diversos fatores conjunturais que envolviam a

⁶ *Os criptojudeus da faixa fronteira portuguesa* University of California, Los Angeles. Disponível na Internet, www.lusaweb.com/comunidades/faixa11.htm, pp. 1,2,3,4,5.

sociedade portuguesa na época dos grandes descobrimentos marítimos, estavam as questões do erário português, a diminuta população nacional tanto para as posições de comando como de braços para o trabalho, a nobreza *versus* burguesia na dilatação do império, e outras. No entanto preferimos discorrer sobre as questões ligadas às perseguições religiosas e às transformações ocorridas com a comunidade judaica, com o batismo em massa transformando-os em cristãos-novos e conseqüentemente integrando-os ao espírito das conquistas e da colonização do Novo Mundo. O estudo econômico-social do entorno da baía da Guanabara requer esse importante complemento, devido à presença maciça de cristãos-novos.

A Inquisição como instituição foi criada no Concílio de Verona em 1184. Entre seus objetivos estava a manutenção da unidade da fé católica, bem como a sua propagação, não importando para tanto os meios, desde que os objetivos fossem alcançados, mesmo ferindo princípios e dogmas da fé cristã. O seu mais forte expoente foi o cônego de Osma e fundador da Ordem dos Irmãos Pregadores, chamado Domínico ou Domingos de Guzmão. Esse cidadão recebeu do Papa Inocência III os poderes necessários para converter os albigenses à fé infalível por meio da imposição pela força. Porém foi com o pontificado de Gregório IX que a Inquisição recebeu forma estável, responsável também por ter introduzido o Santo Ofício na Espanha. No entanto, foi com o papa Inocência IV que se fomentaram muito as idéias da Inquisição e se distinguiram notavelmente os frades dominicanos.

Nesse sentido, o estabelecimento da Inquisição como tribunal permanente, com superintendência exclusiva sobre todas as aberrações que se cometeram em nome da fé cristã, só se realizou nos fins do século XV. De sorte que podemos afirmar que a religião estava tão ligada ao Estado que a heresia, ou a política, ou as religiões eram de igual sorte punidas.

Aos poucos, a Inquisição foi-se implantando em Portugal na forma de leis restritivas para os judeus, que passaram por mil vexames e atrozidades. Instalaram-se os tribunais inquisitoriais tratando logo de perseguir os chamados cristãos-novos com acusações de judaísmo, homossexualidade, bigamia, bruxaria ou pacto com o diabo. Em Lisboa e noutras cidades tinham lugar autos-de-fé, verdadeiros espetáculos públicos, por vezes com a assistência da família real.

Ocasionalmente a ira popular era despertada atribuindo-se aos "marranos" a culpa de desastres naturais como a peste, terremotos ou incêndios. Por conseqüência, e apesar de restrições postas à emigração de cristãos-novos, registrou-se um grande êxodo para o estrangeiro ao longo do século XVI, aliás, começado logo após um massacre registrado em Lisboa no ano de 1506. Esse êxodo abrangeu especialmente a elite mercantil, aquela que mais integrada se encontrava nas estruturas capitalistas da época.

Porém o marco foram os decretos pontifícios, datadas de 17 de dezembro de 1531, ficando investido no posto de inquisidor-mor, frei Diogo da Silva. Um ano após, no mês de outubro, o Papa Clemente VII suspendeu os poderes concedidos ao inquisidor, e o tribunal foi restabelecido em 1536 pelo Papa Paulo III, com três inquisidores gerais, que eram os bispos de Coimbra, Lamego e Ceuta.

O Santo Ofício foi estabelecido no reinado de D. João III por bula do Papa Paulo III de 23 de março de 1536 e com a presença do bispo inquisidor supremo, frei Diogo da Silva, e dignitários da Igreja e do paço. Em 1540, Lisboa promulgou seu primeiro auto-de-fé.

Após o Concílio de Trento em 1546, Portugal continuou arrendando terras no Brasil para um grupo de cristãos-novos liderado por Fernando de Noronha, e mesmo durante o domínio espanhol (1580-1640) continuou distribuindo terras para outros grupos de cristãos-novos no Rio de Janeiro, principalmente na Baixada Fluminense. Pierre Chaunu, descrevendo a fundação, desenvolvimento e crescimento das 13 colônias americanas do Norte, diz: "De todas estas colônias destaca-se Nova Amsterdam (depois de 1673 Nova York). Ela serviu, depois de 1654, de refúgio aos judeus portugueses expulsos de Pernambuco após a derrota holandesa".⁷

Ainda no século XVII a situação não melhorou. O povo era incitado por eclesiásticos a maltratar os judeus, raça impura e maldita. Em 1680 um padre franciscano percorreu as igrejas de Covilhã em Portugal, onde existia uma importante comunidade hebraica, encorajando a multidão a "que os queimassem e que os apedrejassem e que os matassem". Por outro lado era constante a luta dos cristãos-novos para fazer valer os seus direitos e pela obtenção de privilégios-

⁷ Pierre Chaunu, *A América e as Américas*, pp. 150-151.

em especial o acesso a lugares públicos, ao magistério universitário e às estruturas eclesíásticas - muitas vezes obtidos à custa de pesadas contribuições.

Depois da restauração da independência, em 1640, a Companhia de Jesus entrou em oposição ao Santo Ofício e tentou conseguir uma melhor situação para os cristãos-novos.

6. Judeus, judaizantes e cristãos-novos no cenário colonial

6.1. A presença no Brasil

Na própria expedição de Pedro Álvares Cabral já aparecem alguns judeus, entre eles, Gaspar Lemos, capitão-mor, que gozava de grande prestígio com o rei D. Manuel. Podemos imaginar com que tamanha alegria regressou Gaspar Lemos a Portugal, levando consigo essa boa nova: descobria-se um paraíso, uma terra cheia de rios e montanha, fauna e flora jamais vistos.

O judeu Fernando de Noronha, primeiro arrendatário do Brasil, demanda trazer um grande número de mão de obra para explorar seiscentas milhas da costa, construindo e guarnecendo fortalezas na obrigação de pagar uma taxa de arrendamento à coroa portuguesa a partir do terceiro ano. Assim, milhares e milhares de judeus fugindo da "Santa Inquisição" e das perseguições do "Santo Ofício" de Roma começaram a colonizar o Brasil. Afinal, os judeus ibéricos procuravam um lugar tranqüilo e seguro para ali se estabelecer, trabalhar e criar sua família.

O descobrimento do Brasil em 1500 veio a ensejar uma nova oportunidade para esse povo. Já em 1503 milhares de "cristãos-novos" vieram para o Brasil auxiliar na colonização. Daí em diante o Brasil passou a ser terra de exílio, para onde eram transportados todos os réus de crimes comuns, bem como judaizantes, ou seja, aqueles que se diziam cristãos-novos, mas que continuavam em secreto a professar a fé judaica. E é nesses judaizantes portugueses que vieram para o Brasil nessa época que queremos concentrar nossa atenção.

6.2. As razões da formação criptojudaca e serfadita no Recôncavo e no Rio de Janeiro

Buscar as razões que justificam o estabelecimento nestas terras torna-se o grande exercício da interpretação e compreensão da história. No entanto, algumas questões são bastante óbvias, senão vejamos:

Primeiramente devemos entender que boa parte do século XVII (até 1640) o Brasil fazia parte da União Ibérica e a presença do Estado português, por falta de um rei, não se fazia sentir na Colônia, o que deixava regiões menos importantes do ponto de vista econômico à mercê dos interesses locais, servindo assim para refúgios de degredados ou para castigos.

Em segundo lugar, que o braço da Inquisição forçou a ocupação do território português além-mar.

“Houve, contudo, outro fato histórico que ajudou muito a solução do problema populacional: foi a perseguição dos judeus, iniciada pela Inquisição dentro do espírito radical da Contra-Reforma, e que recrudescer uma vez no início do século XVI, outra vez no século XVII, provocando forte emigração para o Brasil, sob o aspecto de "cristãos novos".⁸

Esses elementos trouxeram, além da iniciativa, trabalho e espírito mercantil, o auxílio tão necessário dos capitais próprios ou dos seus correligionários da Holanda.

O terceiro aspecto da presença judaca na Baixada são os elementos de ordem geográfica e natural. A topografia da Baixada com inúmeros rios navegáveis e em especial as terras de Meriti com suas 40 elevações em forma de morros e conseqüentemente com inúmeros vales, com fontes d'água natural, florestas virgens, aldeamentos indígenas já dizimados, formavam, assim, sítios ideais para o estabelecimento de engenhos e ao mesmo tempo se protegerem das práticas da lei mosaica.

O quarto fator era os dois mundos que separavam as terras portuguesas na América, as do Nordeste e as do Sul. No Nordeste ficava a grande empresa açucareira, com engenhos de grande porte, grande

⁸Mircea Buesco e Vicente Tapajós, *História do Desenvolvimento Econômico do Brasil*, p. 76.

comércio de escravos e que grandes lucros obtinham para a metrópole, o que exigia do Estado português uma presença constante e permanente. Já o Sul no século, XVI e XVII, não apresentava lucros e rendas que atraíssem o Estado a não ser o perigo iminente e constante dos franceses, como foi a invasão no Rio de Janeiro em 1560/1565, o que culminou na doação constante de sesmarias na orla e ao fundo da baía da Guanabara.

A presença de cristãos-novos em grande número na área do Recôncavo despertava e aguçava no aparelho inquisidor português o perigo da expansão do judaísmo. É bom lembrar que em Portugal ainda estava presente o espírito cruzadista contra o não-católico.

7. As atividades econômicas no Rio de Janeiro setecentista

7.1. As relações mercantis no Brasil meridional

José Gonçalves Salvador, em "Os Cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional", procurando estabelecer os grandes elos de existentes entre o esquema de colonização português, busca justificativas ricas que comprovam de forma clara o grande comércio triangular travado entre o porto do Rio de Janeiro, o litoral da África e a foz do Rio da Prata durante o século XVII. Senão vejamos:

"O açúcar lhe proporcionava continuidade e lhe infundia um novo ânimo, exatamente quando "fumos" das especiarias orientais se iam esmaecendo.

A Coroa percebe a situação e incentiva a indústria açucareira, bem como o comércio. Ora, é óbvio que o cristão-novo, detentor deste, em grande parte, será também o agente de todo o complexo relacionado com artigo em preço, e por isso o mais beneficiado. Ele se torna lavrador de canas, senhor de engenho,⁹ feitor, intermediário nos negócios, e assim por diante".

Salvador percebe nas relações de produção o elemento intermediário, ligado às atividades mercantilistas, como comerciantes, armadores e financistas que pudessem garantir o fluxo de movimentação na vida rural e urbana. Na realidade a unidade produtora

⁹SALVADOR, J.G., op .cit., p. 140

em escala comercial necessitava desse conjunto de atividades subsidiárias para dar corpo ao desenvolvimento interno das capitanias e sesmarias. A importância na conexão entre o mercador, a fonte e o consumo estava na capacidade de articulação desses vários elementos. A obtenção de terras pressupõe prestígio junto ao poder. "Quando enricam, constroem fábrica de açúcar e passam a ser distinguidos como senhores de engenho, título respeitável. O açúcar manda no mundo, os paladares inebriados pela doce droga, vício alimentar".¹⁰

"Há que distinguir no cenário da monocultura as pequenas e as grandes lavouras. Ambas, por suas características, expressam condições econômico-sociais. Os donos daquelas são indivíduos livres, possuidores de alguma braça de terra, onde vivem e cultivam a bel-prazer. Têm um "status" social, pois estão acima do simples colono que depende do salário exclusivamente ou do artesão que maneja um ofício qualquer. São lavradores de capital ainda fraco, mas, no conjunto, de incontestável valor para a economia. Das chácaras, sítios e fazendolas, situadas nas proximidades das vilas ou ao redor dos latifúndios açucareiros, colhem mantimentos, legumes, frutas, algodão e principalmente mandioca, que, entretanto, excedem ao consumo da família e dos agregados. É produção também com objetivos comerciais, e dela fazem aos engenhos e povoações, de sorte a obterem lucros vantajosos até do que os auferidos pelas indústrias da cana. Na vizinha Capitania do Rio de Janeiro, diversos apenas de mandioca.

Muitos destes pequenos lavradores exercem, concomitância, outras atividades, de vez que uns são funcionários públicos, profissionais liberais ou comerciantes. Enfim, muitos são cristãos-novos, os quais, como todos os proprietários também se utilizam escravos".¹¹

As atividades econômicas desenvolvidas nas capitanias de

¹⁰DINES, A., op.cit., p. 171

¹¹SALVADOR, J.G., op. cit., p. P.140-141.

baixo - leia-se Espírito Santo e São Vicente (Rio de Janeiro) - foram tão intensas a partir da expulsão dos franceses em 1565 que no espaço de 70 anos o Rio de Janeiro torna-se o mais importante centro irradiador de um rico comércio, o que é comprovado pelas ostentações de poder econômico.

“No Rio de Janeiro as melhores residências e as boas chácaras pertenciam à gente da raça hebréia. A casa de Rui Vaz em meados do século XVII valia 900\$000. Em princípios do XVII, a José Correia Ximenes foi avaliada pelo Fisco em 800\$000, mas as do dr. Miguel de Castro Lara e as de Fernão Lopes eram incomparavelmente superiores. Os sítios, então, somavam nada menos que três, valendo até 1.200\$000 cada, e entre as chácaras, num total de cinco, destacava-se a da viúva Apolônia de Souza, que alcançou o preço de 1.000\$000". No Rio de Janeiro, muitos dos cristãos-novos formavam ao lado da aristocracia social" SALVADOR, J.G., op .cit., p.. 141. No Rio de Janeiro os habitantes queixavam do monopólio do comércio nas mãos dos cristãos novos. Em vão pedira frei Diogo, em abril de 1625, a interferência do Santo Ofício nas Capitânicas do Sul para deter os abusos que impunemente cometiam por ser gente endinheirada e de boa posição".¹²

7.2. Os partideiros

Nas relações de produção, Salvador traz à tona uma importante discussão que nos permite entender o dinamismo que existia nas atividades agrícolas nas capitânicas do Sul. Essas capitânicas foram durante muitos anos apontadas pela historiografia tradicional como as que não deram certo, pela falta de incentivo e apoio do Estado português, sendo relegadas ao abandono. No entanto, a presença de cristãos-novos nessas bandas do Sul permitiu que elementos de menor poder aquisitivo sobrevivessem dentro do universo aparentemente dominado pelos grandes proprietários. Irão eles, os partideiros, inaugurar o sistema de parceria que será incorporado definitivamente às

¹²SALVADOR, J.G., op .cit., p. 147.

relações de produção.

"Havia, igualmente, integrando o sistema da monocultura o simples lavrador de canas, que as cultivava em chãos de sua propriedade ou em terras arrendadas pelo senhor de engenho. Enxameavam tais plantações, dando ao quadro geral a unidade cromática que lhe era peculiar. No centro, o engenho, semelhante a uma colméia, e ao redor as animadas fazendinhas e os "partidos".

Alguns talvez pudessem adquirir maquinário para seu uso, mas preferem valer-se do engenho vizinho, caso inexista de el-rei ou fique distante. As responsabilidades e os gastos que o engenho impõe são muito grandes e não menores os riscos, e por isso não se aventurava a enfrentá-los. Mas por sua vez, o industrial acolhe bem a tais lavradores porque deles carece. Quanto mais o engenho moer, tanto melhor, pois recebera certa parte do açúcar em pagamento.

[...] No Rio de Janeiro, o rico mercador Gaspar Dias de Mesquita tinha canaviais, e deles recebeu em 1650, de uma só viagem, no porto de Setubal, 31 caixas do produto, e tudo isento dos dízimos".¹³

A organização burocrática de um estado cartorial no século XVI já se notabilizava no Rio de Janeiro. As transações patrimoniais e comerciais garantiam uma estabilidade nas relações intersociais e promovia ao mesmo tempo um fluxo maior de cristãos-novos nas atividades.

“A transação é discriminada em escritura passada no cartório. Trata-se de um contrato bilateral em que cada qual assume determinadas obrigações. Tomemos como exemplo o ajuste que fizeram no Rio de Janeiro a 29 de dezembro de 1610, Diogo de Mariz e o genro João Gomes da Silva, possuidores do engenho "Nossa Senhora das Neves", no Guaguaral, com o "partidista" cristão-novo Francisco de Lemos de Azevedo. Aqueles

¹³SALVADOR, J.G., op. cit., p.p. 141-142

se comprometeram a ceder-lhe terras bastantes para 30 tarefas de canas e a moê-las no tempo adequado, indo apanha-las no canavial já cortadas. O transporte, em carros de bois, por conta dos menos. Mas, de outro lado, o dono do "partido" se obrigava a fazer as benfeitorias que fossem necessárias e a deixá-las para os senhorios, sem direito a indenizações. Este obrigava-se mais: a fornecer as 30 tarefas, cortadas, e as duas partes de lenha correspondente à moagem, em ponto acessível ao carregamento e se, por acaso, ficassem por moer, no todo ou não, as canas seriam pagas pelo industrial, e se Francisco de Lemos faltasse com alguma das tarefas combinadas pagaria conforme valessem na ocasião. Ao engenho caberia certa porção do açúcar. Mas, quanto a isto, o contrato só entraria em vigor no primeiro beneficiamento das canas. Outros "partidistas" subscreveram acordos idênticos com os menos senhores, repartindo-se a cada um a quantidade de terras que poderia lavar.

Fato semelhante sucedeu na época com relação ao engenho de Gonçalo Correia de Sá, na Tijuca; ao de Baltazar Borges, na Birasica (?), e aos de outros. Este último nos esclarece também que cada tarefa de canas equivalia a 24 braçadas bem cheias delas, em condições de moagem. Metade do açúcar para o engenho. O arrendatário recebia ainda terras para o plantio de mantimentos. Nenhum dono de "partido" era obrigado a reter até ao fim do contrato a lavoura que fizesse. Com a devida aquiescência do latifundiário podia traspassá-la a terceiros. Assim, Francisco de Lemos vendeu o seu, acima referido, a Manuel dos Rios. Os cristãos-novos, Pero da Silveira e Leonor d'Orta, de igual modo, compraram um canavial que Afonso Gonçalves e a mulher possuíam no engenho de Gonçalo Correia de Sá, comprometendo-se a pagar 70\$000, sendo: 10\$000 no ato, 30\$000 no primeiro corte, e 30\$000 da data da escritura a um ano, com o direito às benfeitorias. Mais adiante, em meados de 1615 o lic. Manuel Dias comprou

a d^a Francisca do Amaral, por 15\$000, um "partido" no engenho de Baltazar Borges. O preço era o dobro do anterior, visto ser o canavial bem maior. Vê-se, outrossim, que os lavradores também se revelam no mesmo engenho.

Tais negócios efetuaram-se durante todo o século XVII, pouco variando em sua natureza intrínseca. O que se modifica apenas são os acidentes e os preços. E se passaram ao Rio de Janeiro no começo do século XVIII, veremos que números tinham "partidos" em engenhos de confrades hebreus, desde pequenas áreas a extensas. [...] Mais dez outros "partidistas", considerados judaizantes, padeceram igual penalidade por ação do Santo Ofício. Dois eram reconhecidos causídicos no foro local: os drs. Guilherme Gomes Mourão e João Mendes da Silva; um terceiro era o ativo mercador Josef Gomes da Silva. Havia duas viúvas. Os restantes dedicavam-se à agricultura e ao comércio. Todos tinham escravos próprios.

As afinidades entre os da progênie israelita concorreram para senhores de engenho dessa etnia favorecessem aos da linhagem, contratando-os como feitores, mestres de açúcares, e artesãos, ou cedendo-lhes "partidos" de cana.

Ocasionalmente dava-se o caso de arrendamento do próprio engenho, por motivo de viagem forçada ou doença do senhor, ou por dificuldade em trocá-lo. Era o sistema adotado nos confiscos e seqüestros. Assim foi com os de Marcos Fernandes. Um Pero Roiz Funchal, velho lavrador de canas no Rio de Janeiro, pretendeu toma-lo por contrato. A concorrência, porem, foi ganha por Manuel da Costa Moreno e pelo cunhado Antônio d'Orta, igualmente criptojudeus.¹⁴

Para o cristão-novo recém-chegado e menos aquinhoado, eram reservadas as atividades secundárias e até terciárias no engenho. Mas

¹⁴SALVADOR, J.G., op .cit., p. p. 142-144.

com uma grande abertura para se tornar senhor, os méritos pessoais afluíam e muito cedo se tornava dono de uma pequena propriedade.

"Trabalhando nos engenhos, de simples artesãos passam não raro a purgadores ou a mestres de açúcares, a feitores e a lavradores de canas. Ganham experiência gradativa no mister e por fim, quando a sorte, as economias ou as boas relações lhes abrem as portas da oportunidade, tornam-se senhores de engenho. É a sua grande ambição. É o sonho, igualmente, de mercadores, de advogados e de médicos, e até de funcionários públicos. O alvo é subir sempre, econômica e socialmente.

É, pois, o grande lavrador que pesa na balança. Em suas mãos caem as sesmarias mais propícias à instalação de engenhos, localizada à beira de algum rio, para lhes fornecer energia motriz e facilitar os transportes. Onde, conjuntamente, exista lenha em quantidade para os diversos fins. E tudo, quanto possível, o mais próximo dos portos de embarque para o Reino; objetivo este não muito feliz, por deixar as propriedades ao alcance de ataques estrangeiros, como sucedeu a S. Vicente, no apogeu do Quinhentos, e a seguir à Bahia, ao Espírito Santo, a Pernambuco, e no começo do século XVIII ao Rio de Janeiro. Motivo por que donatários e Coroa necessitam de inverter boas somas na defesa delas."¹⁵

8. As fazendas e sítios da Baixada Fluminense

Quando em 1567 foi expedido alvará proibindo a saída de cristãos-novos para o Brasil, eles já eram numerosos aqui. Mesmo assim, nas décadas seguintes houve renovação da medida, mas nada foi capaz de sustar o êxodo. Cristãos-novos encontraram aqui além de uma ampla tolerância, condições auspiciosas para desenvolver suas habilidades financeiras. Tanto isso retrata a verdade que eles próprios, anos depois, se vangloriavam de ser os descobridores das virtudes da nova terra e de lhe aproveitar a bondade; por isso a povoaram largamente, enquanto os conterrâneos da velha etnia viviam iludidos

¹⁵SALVADOR, J.G., op. cit., p. 144

com os "fumos" enganosos do Oriente, diziam. No Brasil se achava o paraíso perdido, porque mais nenhum lugar dos descobrimentos oferecia condições tão benéficas conforme ouvira deles o padre Manuel Temudo, no ano de 1632, que era "o mimo do governador Diogo Luiz de Oliveira, seu secretário e conselheiro".

“Dá-se, em vista das circunstâncias, uma seleção nas terras, cujo valor é tanto maior quanto menor é o espaço que as delimita entre o mar e as serras costeiras, a exemplo do Rio de Janeiro. Valem bom preço, e, por isso, são disputadas. Os espertos sabem agarrar as oportunidades. De outra feita, o hebreu Manuel Gomes e o sócio Diogo de Montarroio foram céleres ao cartório registrar meia légua de terras que haviam comprado nas fraldas do outeiro Jorisinange e nelas feito um engenho d'água, benfeitorias e roças. Causa da apreensão: outras pessoas as queriam para si.¹⁶

Pretendentes ou senhores, são muitos deles da progênie sefardita. Boas terras constituem excelente aquisição. É meio caminho andado para quem deseja ingressar na indústria açucareira, mas isso não basta. O engenho é uma atividade complexa que exige muitos e contínuos gastos, especialmente nos primeiros anos. A instalação da aparelhagem é onerosa, pois inclui também oficinas, ferramentas, casas de purgar, escravos, bois, meios de transporte, e mais as moradias do senhor e dos artesãos brancos, bem como as senzalas para os negros. Muitos possuem, inclusive, alambiques para o fabrico de aguardente. A manutenção de tudo, os salários do pessoal livre e outras despesas obrigavam a que o pretencioso senhor dispusesse de um bom capital".¹⁷

Os sefarditas tornaram-se senhores de numerosos engenhos durante o domínio dos Habsburgos, e a cidade do Rio de Janeiro ocupava no final do séc. XVII a posição hegemônica no controle dessas unidades de produção. Na mesma época a maior parte dos engenhos no Brasil de outras regiões também lhes pertenciam.

¹⁶ SALVADOR, J.G., op. cit., p. p. 144-145.

¹⁷ SALVADOR, J.G., op. cit., p.p. 144-145.

“Em 1607 o Rio conta 14 engenhos. Vinte anos após frei Vicente dá-lhe 40. Avulta a imigração. Em meados do século, apenas Salvador de Sá tem 5 engenhos. O comércio se reativa. Metade da população é formada de hebreus. A Capitania prospera. Nos dizeres de Salvador Correia de Sá e el-rei, em 1639, esta última, constitui a melhor de todas no Brasil. É tal o seu progresso, que os moradores ajudam com os bens a recuperar Angola, naturalmente ressentidos com a falta de escravos negros”.¹⁸

Dines, dando um tom de leveza a sua explicação histórica, assim descreve a presença dos cristãos-novos na Baixada, que ele chama de Recôncavo:

"Este imenso Recôncavo, Canaã exuberante, em vez da toponímia hebraica, arrevesados nomes indígenas: Meriti, Inhaúma, Pavuna, Irajá, Sacopema, Iguaçu, Jacarepaguá. Estende-se pelo fundo da Guanabara, vai até a orla do mar em Guaratiba. Outro braço contorna os mangues, ultrapassa São Gonçalo e alcança Cabo Frio, com nomes não menos estranhos: Columbandê, Guaxindiba, Marica e Saquarema. Daqui não emana o mel bíblico, mas o aroma é doce. Demasiado, roça o azedo. Vem da cana que os escravos cortam, do caldo que escorre nos tachos, lambuza tudo e todos; vem da garapa, do melado, da rapadura e do açúcar que os engenhos fabricam dia após dia, menos no tempo das chuvas.

No delta do Recôncavo deságuam vários rios e, nas terras encharcadas entre o Inhomirim e o Irajá, localizam-se as lavouras, herdadas e engenhos de muitos Cristãos Novos. Gostam de rios os da nação, para pendurar harpas ou chorar saudades. Organizam-se em clãs e, assim, assentam-se na terra".¹⁹

Assim, vamos encontrar os seguintes engenhos pertencentes a cristãos-novos, estabelecidos na Baixada Fluminense, subentendendo-

¹⁸ SALVADOR, J.G., op. cit., p. 148.

¹⁹ DINES, A., op. cit., p. 359.

se as terras entre os limites do rio Irajá, montanhas do maciço de Jericino/Medanha, serra do Mar e as terras de Guapimirim/Magé e a oeste a baía da Guanabara:

- Em 1602, os jovens estudantes Manuel da Nóbrega e o irmão Francisco pedem os sobejos das terras que foram de Brás Cubas, e no ano seguinte uma sesmaria na várzea de Nossa Senhora, junto ao cristão-novo Baltazar Rodrigues Coutinho. Nessa mesma ocasião, o pai viu-se constrangido a largar as do rio Nhumirim, pois já pertenciam a certo João Botelho.²⁰
- **Engenho de Nossa Senhora das Neves**, situado no Rio Meriti, pertencia a Baltazar Borges e foi adquirido em 1610 por Álvaro Fernandes Teixeira, que o revendeu a Estevão Gomes por 10.500 cruzados. Era um dos menores da Capitania. Tinha 70 bois mansos, 10 peças da Guiné adestradas em certos ofícios.²¹
- **Engenho da Cruz em Sacopemma**, onde reside d. Brites, matriarca dos Paredes agora casada com Luiz Fernandes do Crato. Aí vivem vários marranos como o doutor. Agostinho de Paredes com os cunhados Ximenes.²²
- **Engenho de Columbandê em São Gonçalo** (Invocação de Nossa Senhora de Monserrate). Na outra banda da baía, a cinco léguas do Rio abarranca-se a grande tribo dos Gordos (descendentes dos Aboab da Fonseca), como os chamam. Compõe-se das famílias Vale de Mesquita, Paz, Mendes da Paz, Vale da Silveira, Rodrigues Andrade, Bernal da Fonseca, Ramires, Guterrez, Soares Pereira. Descendem do patriarca Duarte Ramires Leão, aliás Benyamin Beveniste como o chamam em Amsterdam, cujos filhos foram amigos de Miguel Cardoso.

"Esta fazenda aparece nos processos em Lisboa, como Galambade, em São Gonçalo, de propriedade de Duarte Rodrigues de Andrade. Depois de sua morte, passou para a mulher, Ana do Vale, filhos e cônjuges, presos pelo Santo Ofício. Os proprietários, primos, alcunhados de Gordos, descendiam de uma família de judeus que se

²⁰ SALVADOR, J.G., op .cit., p.p. 144-145.

²¹ SALVADOR, J.G., op .cit., p. 147.

²² DINES, A., op.cit., p 387.

abrigaram em Portugal quando os Reis Católicos os expulsaram de Castela, convertidos à força ao tempo de D. Manoel, espalharam-se pelo mundo alguns descendentes estabeleceram-se em Amsterdam, outros vieram para o Brasil. Museu, é o único edifício remanescente da comunidade de cristãos novos no Rio de Janeiro)".²³

- **Engenho de Nossa Senhora de Bom Sucesso**, em São Tiago de Inhaúma, pertencente ao tenente-coronel Félix Corrêa Pinto de Bragança, extremado devoto de Nossa Senhora. Imaginei um encapotado, tanto insiste em ressaltar sua pureza, engalanada pelo sobrenome da Casa Real. Tanto esmero, para casar com Isabel Correa da Silva, filha de André Mendes da Silva, tido, havido e reputado Cristão Novo.²⁴
- Passo ao largo da Igreja de Nossa Senhora de Monserrate de Macacu, entre o Meriti e São Gonçalo, fundada pelo capitão Domingos Garcia, "que padecia fama de ser da nação hebréia ou Cristão Novo, sem embargo desta obra, era devotadíssimo das coisas da Igreja Católica".. (Podia ser devotado cristão, mas seu pai chamava-se Belchior e seus irmãos, Bento e Baltasar, nomes bíblicos do Velho Testamento).²⁵
- **Na freguesia de Jacarepaguá**, descobro outro formigueiro de cristãos-novos no engenho de Manuel Paredes da Silva. Aqui mora sua irmã, Guiomar de Paredes, casada com Manuel Tavares Roldão, filho de um governador do Rio. Perto, na eminência de um penedo, ergue-se a capela de Nossa Senhora da Penha de Jacarepaguá. Construída em terras do padre Manuel de Araújo, homem de nação, cristão-novo, "conhecidamente de mãe judia, por ser público e notório em todo este Estado, furtar em uma botelha o altíssimo e divino sacramento".²⁶
- **Meriti**, um dos rios que desembocam no fundo da Guanabara. Outra fábrica de açúcares, Invocação de São Francisco, na Pavuna, possui capela, capelão e pertence a Alexandre Soares Pereira. Esse

²³DINES, A., op.cit., p.p. 387/388

²⁴DINES, A., op.cit., p. 391

²⁵DINES, A., op.cit., p. 393.

²⁶DINES, A., op.cit., p. 393.

fervoroso cristão é apenas filho do ensinador João Soares Pereira (herdeiro do espólio do pai em São Gonçalo, residia no outro lado da baía, na Baixada).²⁷

- Chego finalmente a São João Batista de Meriti: prósperos engenhos, ricas lavouras de cana. Cristãos-novos às pencas. Pretendo vasculhar o **sítio da Covanca de Miguel Cardoso**. A avantajada sesmaria de 15 léguas não é longe de onde se abarracam os descendentes. Nas terras do filho, Baltasar Rodrigues Coutinho, não há capela. Não finge, é quase um atrevido. Pode ser que o rude senhor de engenho seja o herdeiro do ânimo do pai.²⁸
- O sítio da Covanca (cova, pequeno vale) aparece em vários processos dos cristãos novos do Rio. Sítio referia-se a lugar, como até hoje se diz em Portugal, e não a uma pequena propriedade rural, como se usa no Brasil, por isso existem vários engenhos na mesma zona. No Vice-Reinado existia uma Covanca na Pavuna, limites com Irajá. Repartida entre os herdeiros, o neto, doutor Guilherme Gomes Mourão, tinha um partido no engenho que foi de Baltasar Rodrigues. Depois da prisão, Miguel teve seus bens confiscados, razão pela qual suas terras, ou parte delas, passaram a outras mãos.²⁹
- Havia também um engenho da Covanca em Meriti, criado por Gregório de Barros (1593/1642), com capela, onde casaram as filhas, parentes pelos dois lados de Antonio José da Silva (O Judeu). O genro Manoel Fogaça situou o engenho num lugar que os escritães grafavam como Irajácarapanga e Irapangajá, abreviado para Irajá, vizinha de Meriti. O neto de Miguel Cardoso, homônimo, foi batizado na freguesia de São João de Trairaponga (em Meriti).³⁰
- Num outro engenho também chamado de Covanca, pertencente ao cristão-novo doutor Antonio de Barros, presentes um deles, José de Barros, os genros Fogaça, mais João Tomás Brum e seu primo, o bastardo Manuel Rodrigues Coutinho, houve o seguinte diálogo, que foi utilizado como testemunho contra Mateus Fogaça, no Tribunal de Inquisição em Lisboa:

²⁷DINES, A., op.cit., p. 393.

²⁸DINES, A., op.cit., p. 395.

²⁹DINES, A., op.cit., p. 394.

³⁰DINES, A., op.cit., p. 394.

Exclama um dos parentes, João Tomás Brum:

“Pois somos ou não somos?”

Respondem os outros:

"Somos!"

Ao que o mulato Manuel Rodrigues faz-se de desentendido:

"O que quer isso dizer?"

"Crentes e observantes da Lei de Moisés", responde o primeiro.³¹

- Pertencente à tribo dos Azeredo Coutinho, que veio do Espírito Santo, está a cristã-nova Esperança, neta de Bárbara da Rocha, do Espírito Santo, filha de Isabel de Azeredo Coutinho que casou-se com Diogo de Lucena Montarroio. Era sobrinha de Miguel Cardoso, que teve sinagoga em casa. Essa mulher tem mais cabedais do que um fidalgo de sangue; tem na cidade um "trato de doces que lhe fazem e vendem suas negras" e é dona da imensa ilha dos Sete Engenhos (Ilha do Governador, que tinha pertencido ao segundo governador da cidade do Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá). Não há registro do seu casamento com Diogo de Lucena Montarroio. Esperança não informou o nome do avô, porém, diz que tinha sido João de Azeredo Coutinho, também do Espírito Santo e casado com Bárbara da Rocha. Os Azeredo Coutinho foram das poucas famílias judaicas com brasões de armas.³²
- Esperança, esmertamente, declara no inventário que "tinha uma ilhota no mar, de meias com o genro", cristão-velho, o capitão-engenheiro Manuel de Melo de Castro (que herdou sua parte do sogro Diogo de Montarroio). No processo de Mateus Fogaça, a ilhota foi chamada de ilha dos Montarroio. Os sobrinhos netos de Esperança a tratam de ilha dos Sete Engenhos, como foi conhecida.³³
- **Fazenda Jacutinga**, perto de São João de Meriti, tem como proprietária Esperança, que era plantadora de mandioca, bananas e

³¹DINES, A., op.cit., p.p. 395-397.

³²DINES, A., op.cit., p.p. 382-383.

³³DINES, A., op.cit., p. 382.

tinha pasto para muito gado. É a única mulher presa no Rio que tem atividade própria, distinta dos cuidados rurais. No inventário, ela relaciona grande quantidade de cidra e material para o fabrico e venda de doces.³⁴

- **Engenho de Magé**, construído em 1567, pertencente a Cristóvão de Barros, situado nas terras de Magé. A região, do rio Surui até São Gonçalo, era dominada por cristãos-novos desde o início da ocupação.

9. Conclusão

Cardoso, Silva, Araújo, Soares Pereira, Paredes, Azeredo, Lucena, Montarroio, Roiz Andrade, Ximenes, Soares de Mesquita, Dias de Mesquita, Calassa, Dique, Medanha, Moreira, Moura, Fogaça, Vale da Silveira, Fernandes Teixeira, Sampaio, Velozo de Espinha, Nunes Vizeu, Mendes, Silvestre, Caldeira, Castro Lara, Coutinho, Coutinha, Barros, Maris, Gomes da Silva, Correia de Sá, Baltazar Borges, Duarte, Costa Moreno, Gomes Bravo, Fernandes Vitória, Duarte de Sá, Lopes Ulhoa, Correia de Sá e Benevides, Manuel do Couto, Barros de Miranda, Machado Homem, Bernal da Fonseca, Rodrigues Andrade, Paz, Ramirez, Leão, Guterrez, Mourão, Brum, Melo de Castro, Aborim, etc. Nomes bem familiares em nosso cotidiano nos fazem lembrar de um membro da família, de um amigo, de um conhecido ou das extensas listas dos catálogos de toda espécie. Nada mais são que cristãos-novos que passaram de uma forma direta ou indireta pela Baixada no século XVII e primeira metade do XVIII.

Esses sobrenomes pertenciam e viviam em verdadeiras organizações familiares de clãs, com relações conflituosas no longo processo de sobrevivência. A cada perseguição explodia uma onda de delações, o que formava uma malha de intrigas e mortes, já que o Estado português procurava acirrar essas animosidades para facilitar o controle sobre a comunidade.

O traço comum na unidade do grupo não eram as relações familiares, mas a sobrevivência econômica e os profundos princípios ao guardar as leis de Moisés. Se a união conjugal entre os da mesma

³⁴DINES, A., op.cit., p. 382.

origem religiosa promovia a unidade do grupo, percebemos também que as relações extraconjugais eram uma constante entre os judeus, inclusive envolvendo os "gentios" e os escravos. Exemplo não poderia ser outro como o do Padre Francisco de Paredes, ensinador de harpa, bacharel-sacerdote e músico, que ganhava o sustento pelas fazendas da Baixada como mestre ambulante, ensinando suas artes aos filhos dos rudes senhores de engenho. Não tinha filhos, não se entendia com a facção mestiça e com a facção branca do Paredes, era filho de um judeu e de uma negra da Guiné. Os documentos nos tribunais de Inquisição estão recheados de informações acerca dessas relações.

Pesquisas, pesquisas, tanto há de se buscar. Explicações nem sempre convincentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Nelson. A Santa Inquisição na Bahia e outras estórias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BAIGENT, Michael e LEIGH, Richard. A Inquisição. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

BUESCO, Mircea e TAPAJÓS, Vicente. História do Desenvolvimento Econômico do Brasil.

CHAUNU, Pierre. A América e as Américas. Lisboa-Rio de Janeiro: Cosmos, 1969.

DINES, Alberto. Vínculos de Fogo: Antonio José, O Judeu, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, 2ª ed.

ENCICLOPÉDIA da Imagem. A Inquisição. Portugal: Livraria Lello.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

MOUSNIER, Roland. História Geral das Civilizações: Séc. XVI e XVII. São Paulo: Difel.

ORDENAÇÕES Filipinas. Livros IV e V, Portugal-Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

OS CRIPTOJUDEUS da faixa fronteiriça portuguesa University of California, Los Angeles. Disponível na Internet: www.lusaweb.com/comunidades/faixa11.htm. 2002.

PIERONI, Geraldo. Os Excluídos do Reino. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SALVADOR, José Gonçalves. Os Cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional:

Com enfoque nas Capitanias do Sul 1530-1680. São Paulo: Pioneira, 1978.

SIQUEIRA, Sonia A. A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial. São Paulo: Ática, 1978.

FAZENDA SÃO BERNARDINO: UM MARCO NA HISTÓRIA IGUAÇUANA

*Ney Alberto Gonçalves de Barros*¹

O comendador Bernardino José de Souza e Mello, representante da aristocracia agrário-comercial-escravista, inaugurava em 1875 o bem construído *conjunto arquitetônico, dentro do mais requintado estilo neoclássico*. A sede da Fazenda São Bernardino ficava, então, no perímetro da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, não longe da sede (Vila) do Município de Iguassú (situada às margens do rio, ainda em seu curso original).

A 29 de março de 1858 era entregue ao tráfego a Estrada de Ferro D. Pedro II (entre a praça da Aclamação e Queimados). Tal ferrovia, implantada em função do escoamento do café, para substituir a Estrada do Comércio, calçada em prolongados trechos sobre a Serra do Tinguá, parece não ter assustado o Comendador. Certamente passou a confiar no progresso resultante da inauguração de outra ferrovia, a Estrada de Ferro Rio D'ouro, iniciada em 1876 e concluída em 1883, e adaptada para passageiros em 1886. Ao início da carreira dupla de palmeiras imperiais, que ornamentavam a entrada da Casa Grande de São Bernardino, construiu-se uma "parada" no ramal de 12 quilômetros que, de Cava, alcançava a estação da Conceição (atual Tinguá).

Em junho de 1891 a sede do município é transferida para o arraial de Maxambomba, às margens da Estrada de Ferro D. Pedro II, levando Tinguá (atual Iguazu Velha) à total decadência.

A Fazenda São Bernardino apresentava, além da espaçosa casa grande (com pátio interno), os seguintes compartimentos ladeando o terreirão: cocheira, (baias e cocheiras propriamente ditas), garagem

¹Graduado em História pela Universidade Gama Filho e em Arqueologia pelo Museu Histórico Nacional.

Fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu.
Titular da Divisão de Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Prefeitura de Nova Iguaçu.

(para a guarda dos veículos de tração animal), senzala (com grades, para os escravos rebeldes; e sem grades, para os escravos domésticos), engenhos (de açúcar e aguardente e, noutra espaço, o engenho de farinha).

Em janeiro de 1940, por ocasião dos festejos comemorativos do aniversário do Município, o então prefeito Ricardo Xavier da Silveira encaminhava ao governo federal pedido de tombamento de todo o conjunto arquitetônico, o que só aconteceu em 1951. Mas, bastou a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu meter-se a desapropriá-la, o que aconteceu em 1975-1976, o conjunto passou a ser vítima de sucessivos saques. Ao tempo da administração Lubanco, era possível observar-se permanente vigilância, o que já não aconteceu nas administrações Ruy Queiroz e Leone, tendo sido nessa o ponto alto da destruição, quando um incêndio, cujas origens não foram esclarecidas, deformaram, significativamente, aquele importante monumento histórico de Iguassú.

MAUÁ E O TREM

Rogério Torres da Cunha¹

Nossa história econômica tem demonstrado que sempre fomos abertos à modernidade. Mesmo quando a novidade não se apresenta de maneira transparente e seus efeitos são questionáveis, abraçamo-la com entusiasmo pueril.

Como país da periferia capitalista, sempre estivemos sujeitos aos interesses do mercado internacional, que nem sempre corresponderam aos nossos próprios interesses. Para atender à lógica de uma economia ditada pelos "humores globalizantes do mercado", muitas vezes queimamos etapas de nosso desenvolvimento. Nos desviamos do caminho seguro e harmônico para seguirmos atalhos perigosos e que, em muitos casos, nos fazem voltar para o ponto de partida, num ir e vir constante.

O que foi dito acima ficou evidenciado quando o presidente de uma montadora de automóveis, em entrevista dada a alguns jornalistas, declarou que "o brasileiro tinha pulado do cipó para o Volkswagen". Apesar da grosseria da comparação, não estava muito errado o presidente da multinacional. Afinal, o rodoviarismo havia assumido tanta importância para o transporte nacional que sufocara a ferrovia e a cabotagem. Num país com nossas dimensões territoriais, o fato é inadmissível.

Mas, se em alguns casos essa nossa pressa em adotar a novidade, sem maiores questionamentos, nos tem prejudicado, em raros momentos ela acabou por nos ajudar. Foi o caso do trem. Embora alguns espíritos conservadores o vissem com desconfiança, a maioria das pessoas - e nela estavam incluídos os cafeicultores do Vale do Paraíba - recebeu o novo transporte com grande entusiasmo. Queríamos uma ferrovia. Precisávamos dela com urgência.

A ferrovia, filha diletta da Revolução Industrial, fora inaugurada

¹Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Professor das redes públicas estadual do Rio de Janeiro e municipal de Duque de Caxias. Colunista da revista "Caxias Magazine".

na Inglaterra em 1825. Em 1830, isto é, cinco anos depois, era aberta a linha Liverpool-Manchester, a primeira a transportar passageiros.

Mas, antes mesmo que se consolidasse o transporte ferroviário britânico, aqui já se discutia a necessidade de construirmos uma estrada de ferro que pudesse ligar a Corte às capitais de algumas províncias.

Portanto, decorrido um quinquênio - desde o estabelecimento da estrada de ferro na Inglaterra - cuidou a Regência, através da chamada "Lei Feijó", de 31 de outubro de 1835, de conseguir concessionários para a criação de uma ferrovia que pudesse ligar o Rio de Janeiro às capitais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia.

A "Lei Feijó" oferecia, entre outras vantagens, privilégio de quarenta anos, isenção de direitos de importação para todas as máquinas durante os cinco primeiros anos, cessão gratuita de terrenos necessários à estrada, se pertencessem ao governo, e o direito de desapropriação, no caso de pertencerem a particulares, estabelecendo ainda o prazo de oitenta anos para a concessão, findo o qual, reverteria ao patrimônio nacional.

Com esse instrumento legal, o marquês de Barbacena partiu para Londres. Acreditava ser nossa legislação suficiente para interessar aos capitalistas britânicos. Não obteve resultados positivos. Para os investidores ingleses, a "Lei Feijó" oferecia pouco. Para atrair capitais, era necessário mais, muito mais.

A discreta receptividade das companhias inglesas aos oferecimentos de Barbacena talvez estivesse relacionada ao momento vivido pela Inglaterra. Dividida entre interesses econômicos conflitantes e envolvida com a Questão do Oriente, naquele momento não se interessava em investir seus capitais em um país politicamente instável e que ainda não se integrara plenamente no mercado internacional.

Embora não alcançando seu principal objetivo, o decreto de Feijó contribuiu para que algumas províncias também assumissem a responsabilidade de implantação de ferrovias em seus territórios. Esse foi o caso da Província do Rio de Janeiro, que, através da Lei nº 192, de 9 de maio de 1840, procurou estabelecer uma estrada de ferro entre a Vila de Iguaçú e um ponto da baía de Niterói.

Mas, qual o real motivo dessa verdadeira obsessão pelas ferrovias?

A resposta está diretamente relacionada com o aumento da produção cafeeira e sua permanente migração para terras descansadas, cada vez mais afastadas do litoral. Assim, o transporte terrestre, que desde os tempos coloniais fora feito no dorso dos muares, a cada dia se tornava mais caro e penoso. O trem seria recebido com indisfarçável entusiasmo, verdadeiro milagre tecnológico, solução nova para um antigo problema.

As estradas de ferro iriam oferecer um transporte rápido e barato. Por outro lado, permitiriam que o fazendeiro pudesse dispensar o pessoal empregado no manejo das tropas de muares, além de liberar grande parte dos campos destinados ao cultivo de alimentos para esses mesmos animais. A ferrovia faria com que o fazendeiro pudesse cuidar exclusivamente de suas atividades agrícolas, deixando que o problema do transporte fosse resolvido por terceiros.

Mas, apesar de todas essas vantagens, ainda não havia aparecido quem quisesse se aventurar em empresa de tal monta.

"Era natural que a um súdito inglês coubesse a iniciativa na realização dos caminhos de ferro, uma vez que o Governo não a tinha querido tomar para si; a Inglaterra é a pátria do caminho de ferro. Era louco supor que um brasileiro pudesse ser o iniciador de tal empreendimento. Não havia capitais, não havia homens, nem podia haver idéias num corpo comercial e industrial cuja base de operações era a importação de escravos da costa da África."

Esse "súdito inglês", insinuado por Alberto de Faria em seu livro sobre Mauá, certamente seria Thomaz Cockrane, que requereu e obteve uma concessão para ligar a Corte a São Paulo. Obtida a concessão, Cockrane tratou de organizar a Imperial Companhia de Estrada de Ferro, com capital de 8.000:000\$000 (oito mil contos).

Três anos se passaram sem que a Imperial Companhia de Estrada de Ferro houvesse integralizado seu capital. A concessão de Cockrane acabaria caducando, fazendo com que ele perdesse o dinheiro depositado para o cumprimento do contrato. Nem mesmo uma garantia

de 5% de juros sobre o capital, oferecida pelo Estado, fora capaz de estimular os investidores.

As naturais desconfianças, em relação a uma empresa de tal envergadura, faziam com que os nossos insipientes investidores se retraíssem, temendo por seus capitais. Afinal, as estradas de ferro eram empresas geradas pelo capitalismo e perfeitamente coerentes com seus aspectos econômicos e político-jurídicos. Como transplantar para uma sociedade escravocrata um modelo de empresa cuja existência estava apoiada no trabalho assalariado, nas sociedades anônimas e no alto desenvolvimento tecnológico ?

O entrave para a realização dessa empresa residia na falta de capitais, de trabalhadores e técnicos especializados. Mas, principalmente, pela presença de uma ideologia escravocrata em descompasso com o capitalismo, retrógrada, cruel, anacrônica.

A partir de 1850, algumas mudanças se fariam sentir no Brasil. De um lado, porque a situação política do país tornara-se mais estável, com o fortalecimento da ordem pública interna e, de outro, porque a extinção do tráfico de escravos, pela Lei Eusébio de Queirós, deixaria ocioso o capital que, até então, era utilizado no comércio negreiro. Abria-se uma nova era de prosperidade para o país e que teria seus reflexos nos mais variados setores da vida nacional.

No bojo de todas essas transformações favoráveis, uma, certamente, iria favorecer bastante a implantação de ferrovias em nosso país. Tratava-se da Lei nº. 641, de 26 de junho de 1852. Previa ela garantias mais amplas na remuneração dos capitais investidos nas ferrovias e, além disso, era bem mais prática que as legislações anteriores. Para muitos, foi ela o verdadeiro ponto de partida da viação férrea brasileira.

Nesse mesmo ano (1852), Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão de Mauá, receberia do governo da Província do Rio de Janeiro uma concessão para construir uma ferrovia ligando a Corte ao Vale do Paraíba do Sul.

Mauá projetara uma via de comunicação cujo trajeto era misto: por mar até o porto pesqueiro de Mauá, na freguesia de N.S. da Guia de Pacobaiba (Magé); por via férrea, do porto de Mauá até a raiz da serra da Estrela; por estrada de rodagem, daí até Petrópolis e, novamente, por

estrada de ferro, de Petrópolis em diante.

É interessante notar que a concessão dada a Mauá é anterior à Lei nº. 641, portanto, não o beneficiando com todas as garantias que a referida lei estabelecia.

Acreditando no sucesso da empresa, Mauá deu início à construção de sua ferrovia, com o seu próprio dinheiro e o de seus amigos, sem subvenções ou garantias de juros.

No dia 30 de abril de 1854, vinte e dois meses e dezoito dias após ter recebido a concessão, Mauá inaugurava o primeiro trecho da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis.

Apesar do entusiasmo com que fora recebida, pairava sobre a "Imperial Companhia" a incerteza de sua viabilidade financeira. Ela dependia dos fretes que viriam através da estrada de rodagem União e Indústria. Como vimos, a companhia de Mariano Procópio seria, provisoriamente, o "traço-de-união" entre a Raiz da Serra e Minas Gerais.

Durante o período de construção da União e Indústria, iniciado em 1856, a Estrada de Ferro Mauá - nome pelo qual ficaria conhecida a Imperial Companhia - teve seu tráfego limitado entre Petrópolis e Rio de Janeiro. Nesse momento a ferrovia passaria a apresentar prejuízo. Para atender aos interesses dos acionistas e dar prosseguimento às obras de ampliação da estrada de ferro, Mauá requereu diretamente à Câmara, em 26 de junho de 1856, garantia de juros de 6% por dez anos. Embora aprovado na Câmara dos Deputados, o pedido foi arquivado, "temporariamente", no Senado.

"Felizmente - segundo Mauá em sua "Autobiografia" - três anos mais tarde (ano e meio depois que se abriu ao trânsito público a estrada de rodagem), podia eu declarar aos acionistas de Petrópolis, em relatório anual que lhes li, que a garantia de juros não era mais necessária! A renda líquida ostentava-se satisfatoriamente."

Os resultados financeiros da Estrada de Ferro Mauá, nesse momento, eram considerados excelentes. Entretanto, a ferrovia tinha

um ponto vulnerável e este se chamava "União e Indústria", companhia que explorava o trecho rodoviário serra acima. Mauá ficara dependente dos fretes que a União e Indústria lhe entregava. Mas, com a abertura das últimas estações da terceira seção da Estrada de Ferro D. Pedro II, a Estrada de Ferro Mauá passa a ter grandes prejuízos, na medida em que todas as cargas, principalmente o café, foram drenadas para a nova ferrovia. Era o resultado de um contrato assinado entre a União e Indústria e o governo, em 13 de janeiro de 1869.

Mauá, agora, enfrentava dois problemas: ficara privado das cargas que vinham de Minas Gerais e com seus trens retidos no sopé da serra, pois, até aquela altura ainda não fora possível galgar a montanha pelo sistema de cremalheiras.

O contrato assinado entre o governo e a União e Indústria era a forma encontrada pelas autoridades para fazer com que Mariano Procópio pagasse os favores recebidos e obtivesse o perdão para a dívida de 6 mil contos. Por outro lado, Mariano Procópio antevira que a Estrada de Ferro D. Pedro II, mais cedo ou mais tarde, chegaria a Minas Gerais, enquanto que os trens de Mauá continuavam retidos pela serra.

Era um momento doloroso para a empresa de Mauá, que continuava amargando grandes prejuízos. Prometeram-lhe ajuda, entretanto, nada do que fora prometido se cumpriu.

Por ocasião de uma visita à Europa, Mauá, ouvindo falar do caminho de ferro de Rigi, na Suíça, encarregou Pereira Passos de estudar o projeto de cremalheiras e a possibilidade de sua aplicação na serra de Petrópolis.

O projeto de cremalheiras fora, inicialmente, calculado em 600 contos. Viu-se depois que essa quantia seria insuficiente. Novos estudos mostraram que para se construir uma estrada sólida e segura seriam necessários 1.200 contos.

Mauá estava decidido a pedir às autoridades maiores garantias de juros sobre o capital aplicado, quando foi surpreendido com a concessão dada pelo governo imperial a um empresário que iria construir uma outra estrada de ferro que passaria a fazer concorrência com a sua. Diante disso, cedeu a parte que possuía da ferrovia para amortização do capital, e entregou gratuitamente os estudos topográficos da serra de Petrópolis. Cedeu, também, os direitos de

exploração da via férrea aos senhores Pandiá M. Calógeras e Luís Berini para os quilômetros a serem construídos, dos quais detinha a concessão. Os prejuízos de Mauá se elevaram para mais de 600 contos.

Alguns anos mais tarde, em pleno ocaso, a primeira estrada de ferro do Brasil era vendida e, a partir daí, receberia o nome de Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará.

Apesar da calorosa acolhida com que fora recebida, nossa primeira experiência ferroviária apresentava uma contradição em seu projeto. Na ocasião, a transposição da serra por ferrovia era ainda empresa de difícil realização. Dessa forma, a Estrada de Ferro Mauá ficava na dependência do transporte rodoviário explorado pela União e Indústria. Além disso, não é difícil imaginar como se tornava complicado o transbordo das mercadorias dos trens para as carroças e vice-versa. A linha que deveria servir à zona cafeeira, que se situava a oeste, deslocara-se para outra direção. Urgia que se atingisse o Vale do Paraíba o mais depressa possível. Assim surgira a idéia de se construir uma outra ferrovia que, partindo diretamente do centro do Rio de Janeiro, pudesse atingir a zona cafeeira.

Agora era a vez da Estrada de Ferro D. Pedro II, que, em 1858, teria inaugurado o tráfego de sua 1ª seção, ligando o Campo da Aclamação a Queimados, num percurso de 48 quilômetros.

Saía de cena o Barão e entrava o Imperador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDEIRA, Jorge. Mauá Empresário do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FARIA, Alberto de. Mauá. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

SOUZA, Irineu Evangelista de. Autobiografia. Zélio Valverde Livreiro Editor, 1942.

A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DOS JORNAIS DO INTERIOR

*Ruyter Poubel*¹

Durante os 38 anos que dirigi a minha saudosa FOLHA DA CIDADE; nos vários congressos dos quais participei, em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, promovidos pela Associação Brasileira de Jornais do Interior (ABRAJORI); durante os muitos anos de contato e intimidade com o dia-a-dia dos jornais e dos jornalistas da Baixada Fluminense e de Duque de Caxias, pude assistir e participar da luta pela sobrevivência desses pequenos e bravos veículos de comunicação. São equipes pequenas - minúsculas mesmo - que travam uma guerra permanente em busca dos recursos financeiros necessários para pagar as suas edições.

Prova incontestável de que a nossa região é inóspita ao surgimento de um órgão de imprensa forte e estável, é o fato do não surgimento, até hoje, na Baixada Fluminense, de um grande jornal, como eles existem em dezenas de municípios por este Brasil, de Norte a Sul. Cidades como Juiz de Fora, Londrina, as do ABC paulista e tantas outras possuem verdadeiros impérios jornalísticos. No Rio de Janeiro mesmo, cidades como Campos e Petrópolis possuem vários jornais diários. Por que somos diferentes? São muitas as razões que impedem o crescimento dos jornais na Baixada Fluminense. Vou relacionar algumas:

- 1- A proximidade do Rio de Janeiro, com os grandes jornais circulando na região já de madrugada, com notícias do Brasil e do mundo e também dos municípios do Grande Rio;
- 2- O desinteresse e a indiferença das grandes empresas, que geralmente veiculam anúncios dos seus produtos na imprensa do Rio, menosprezando os jornais locais;
- 3- A ausência dos poderes públicos na programação dos jornais locais.

¹ Homem público em Duque de Caxias.
Jornalista e advogado.

(Sabe-se que os governos, em todos os níveis, são os maiores clientes dos veículos de comunicação.) Um prefeito, por exemplo, só libera publicidade para um jornal do interior se conseguir a sua total submissão em relação a qualquer crítica à sua administração. Esquecem esses políticos que um jornal (mesmo pequeno) é uma empresa como outra qualquer, cuja mercadoria é o espaço e não a sua opinião. É comum os prefeitos contemplarem os jornais, rádios e tevês da capital em busca de promoção para suas administrações.

4 - A mobilidade social na Baixada Fluminense e em Duque de Caxias, de maneira mais intensa. Existe por aqui a cultura de morar fora do município, em prática há várias décadas, não apenas por parte das pessoas e famílias mais abastadas, mas também de profissionais liberais, funcionários públicos, grandes e pequenos empresários, autoridades de um modo geral, líderes sindicais, etc. Esse conjunto enorme de pessoas seriam, obviamente, os leitores dos pequenos jornais da Baixada, que circulam sempre nos fins de semana. Os que trabalham por aqui e moram fora, às sextas-feiras dão as costas à cidade e voltam na segunda, iniciando a semana agitados, com problemas e compromissos comerciais e profissionais. Cinquenta por cento dessa "massa" não devem nem ao menos saber o nome dos nossos jornais. Por outro lado, os trabalhadores que saem às 4 e 5 horas da manhã e retornam às 19, 20 e 21 horas, vivem isolados dos acontecimentos sociais, políticos e comunitários, enfrentando uma luta desigual pela sobrevivência, dispondo do fim de semana para descansar, conviver com a família, ver os filhos que não costumam ver todos os dias e resolver seus problemas particulares. Não têm tempo e dinheiro para comprar jornais. São dezenas de milhares de pessoas nessa situação, que se convencionou chamar de "multidão silenciosa".

5 - O baixo nível cultural e a baixa escolaridade da população adulta, que não tem o hábito da leitura e do acompanhamento dos problemas socioeconômicos e políticos do seu município, o que responde, em grande parte, pela falta de consciência na escolha dos seus representantes nos Executivos e Casas Legislativas. Na hora do voto se orientam pelo que está escrito nos panfletos. E todos sabemos que o papel aceita tudo...

6 - O desinteresse da população pela leitura de jornais locais, embora eles apresentem um bom volume de notícias da cidade. Leio

religiosamente todos os jornais e revistas de Duque de Caxias.

Tantos problemas, juntos e superpostos, condenam os jornais do interior ao exercício do seu trabalho em desacordo com a sua grande missão de intérprete e defensor dos anseios da sociedade, apesar do esforço imenso dos seus diretores, que geralmente, pela fragilidade das suas pequenas empresas, são ao mesmo tempo proprietários, diretores, editores, revisores, distribuidores e até cobradores, o que os dignifica ainda mais no exercício da sua profissão.

Não recebendo as boas verbas publicitárias das empresas com sede nas cidades onde são editados, os jornais caem no lugar-comum do "anúncio de favor", ou seja, o comerciante, o industrial, o prestador de serviço, falam para o jornalista:

- Fulano, vou dar um anúncio para ajudar você e o seu jornal.

- Esmola?

Por outro lado, quando recorre ao poder público para angariar recursos, o jornalista vende a sua alma ao diabo, pois a autoridade com quem está negociando jamais aceitará que escreva uma linha sequer contra o seu comportamento político ou administrativo. Aí se vai, então, a alma do jornalista e do jornal, que é obrigado a se afastar cada vez mais dos seus compromissos e do seu ideal.

Durante as quase quatro décadas que estive à frente da FOLHA DA CIDADE, o jornal sempre manteve uma posição rigorosamente crítica em relação a todos os problemas de Duque de Caxias, simplesmente porque detinha uma boa margem de independência, graças à sua editora, através da qual realizava diversos outros serviços do ramo gráfico. Foi o único jornal que possuiu, ao longo dos últimos 50 anos, a sua oficina própria e era lá, durante muito tempo, que os jornais **O Municipal, Baixada Fluminense, Folha de Magé** e vários outros eram confeccionados.

Vejo que a dependência econômica excessiva, por parte dos jornais do interior, está levando à perda da sua liberdade, o maior troféu que um órgão de imprensa pode ostentar perante as gerações. Como superar tantas barreiras e dificuldades para que tenhamos, um dia, uma imprensa sólida e independente nas cidades do interior, é assunto que reservo para os pesquisadores e sociólogos.

Viva a liberdade de opinião!

PRIMEIROS TEMPOS DA FEIRA DE ARTE NO CALÇADÃO DE DUQUE DE CAXIAS / 1976 (Registros e memória)

Stélio José da Silva Lacerda¹

1. Introdução

Em 21 de março de 1976, foi oficialmente criada uma feira de arte no calçadão de Duque de Caxias. Decorridos mais de 26 anos, a iniciativa cultural merece uma apreciação mais próxima, visando situá-la na conjuntura vivida pela cidade nos anos 70.

A partir do final do governo Moacyr Rodrigues do Carmo, em 31/01/1971, prefeitos nomeados governariam o município, devido à condição que lhe foi atribuída, em 1968, de “área de interesse da segurança nacional”. Assim, após breve interinidade do presidente da Câmara Municipal, vereador Francisco Estácio da Silva, assumiu a chefia do Executivo - em julho de 1971 - o prefeito nomeado Carlos Marciano de Medeiros, general da reserva e sem vínculos com Duque de Caxias.

A gestão do primeiro prefeito nomeado se insere entre as mais desastrosas da história da cidade, por tê-la deixado quase ao abandono. Em 15/3/1975, o general Carlos Marciano de Medeiros passou o governo ao seu sucessor, o prefeito nomeado Renato Moreira da Fonseca, coronel da reserva e igualmente sem raízes no município.

Se a falta de legitimidade das urnas os igualava, o desempenho no governo era bem diferenciado. Renato, ao contrário de seu antecessor, governou sem incluir militares em sua equipe - composta por técnicos cedidos pelo estado, funcionários da prefeitura e pessoas radicadas no município.

¹Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Ex-Oficial de Gabinete do primeiro governo do Prefeito Moacyr Rodrigues do Carmo.
Ex-Diretor do Departamento de Educação e Cultura/PMDC, do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e da Escola Municipal Marechal Mallet.
Ex-Secretário Municipal de Cultura/PMDC.

Na verdade, Renato recebeu de herança uma prefeitura à beira da insolvência, com dívidas a fornecedores, prestadores de serviço e salários dos servidores municipais atrasados em sete meses. Em decorrência, foi compelido a adotar como prioridade de governo o saneamento das finanças municipais - o que seria alcançado por volta de setembro de 1975.

Com o erário municipal em dia, começaram os investimentos em obras públicas: recapeamento asfáltico e calçamento de ruas e avenidas, recuperação de praças, iluminação de logradouros, reforma de prédios escolares... No fluxo dessas obras, ocorreu a transformação das ruas Joaquim Lopes de Macedo e Manoel Correa - confluentes à Praça da Emancipação - em “ruas de pedestres”, uma inovação originária da capital do Paraná, Curitiba.

Dessas realizações, destacaram-se sobretudo as “ruas de pedestres” - logo chamadas de “calçadão de Caxias”. Inauguradas em fins de 1975, embelezaram aquele trecho do centro da cidade e caíram no gosto popular. Em dezembro de 1975, percebendo a adequação daquele espaço às atividades culturais, o Grupo Arco (Arte e Comunicação) e artistas locais reivindicaram - junto ao Departamento de Educação e Cultura da PMDC - a instalação de uma feira de arte no calçadão. Em janeiro de 1976, o assunto foi levado ao conhecimento do prefeito, obtendo-se a autorização para implementar o projeto.

Neste breve ensaio, busca-se a reconstrução dos primeiros momentos da feira de arte, incluindo a proposta de sua criação, o período experimental de funcionamento (21/3-30/5/76) e seu reinício, em 04 de julho de 1976.

A narrativa acompanha a sucessão dos fatos, centrando-se na intermediação empreendida pelo Departamento de Educação e Cultura. De um lado, os meios artísticos lutando por um espaço público para as artes; de outro, um governo chefiado por um prefeito militar, que autorizou a criação da feira, oficializando-a através de atos normativos.

2. O “caderno azul”

Em 8 de julho de 1975, o prefeito Renato Moreira da Fonseca (1975-1979) convocou o primeiro escalão de seu governo para uma

reunião de trabalho. Por volta das nove horas, os diretores e chefes de órgãos municipais foram chegando à ante-sala do gabinete, situado no 4º andar do edifício-sede da prefeitura, na Praça Roberto Silveira. Aquele espaço de espera dispunha de poltronas e cadeiras para o público, uma escrivaninha para despachos, vasos de plantas e cinzeiros de metal com pé de madeira. Em posição de destaque e ornamentando o local, um retrato do Duque de Caxias e um conjunto de bandeiras - nacional, ao centro; do Estado do Rio de Janeiro, à direita; e a do município, à esquerda. Enquanto aguardavam atendimento, os recém-chegados conversavam informalmente e saboreavam o tradicional cafezinho.

Às 9h30min, horário marcado para a reunião, ali estavam o chefe do gabinete, Márcio Moreira Paes; o procurador-geral, Orlando de Freitas Martins; o assessor especial, Raul de Oliveira Rodrigues Filho; o assessor de planejamento e orçamento, Wilson Pinto de Almeida; o diretor do Centro de Informações Cadastrais, José da Silva Barros; e os diretores dos departamentos de Administração, Wilmar Reis Zarro; Educação e Cultura, Stélio José da Silva Lacerda; Fazenda, Jayme Baptista Vieira; Obras e Viação, Sílvio Proença Nunes; Saúde e Serviço Social, Sebastião Bastos Soares; e Serviços Públicos, Luiz Silvestre Pinheiro Paes Leme. Assegurando-se da presença de todos, a secretária do prefeito convidou-os a entrar no gabinete.

Modestamente mobiliado, o gabinete tinha a guarnecê-lo uma comprida mesa retangular, quinze cadeiras de espaldar alto, dois pequenos armários, cinzeiros de pé e de mesa, vasos de plantas e um aparelho telefônico. Nas paredes, um mapa da cidade e fotografias de ex-prefeitos. Em dias quentes, a temperatura era regulada pelo sistema de ar refrigerado central, enquanto uma cortina amenizava os efeitos do sol e isolava o gabinete, tornando-o indevassável em relação à sacada do prédio. O gabinete do prefeito de Duque de Caxias era, portanto, local de trabalho sem maiores requintes, mesmo sendo uma cidade com mais de 500 mil habitantes e contar com um dos maiores orçamentos do Estado do Rio de Janeiro.

Assim que entraram, os onze integrantes do primeiro escalão cumprimentaram o prefeito e tomaram seus habituais lugares à mesa de trabalho. Já acomodados, observaram Renato acender seu inseparável cachimbo e soltar suaves baforadas. Além do aroma do tabaco, pairava

no ar um quê de formalismo, com aqueles homens de terno e gravata desconhecendo a pauta daquela reunião de governo - o que não era comum. Acentuando a curiosidade, onze pequenos cadernos - de cor azul e capa dura - estavam dispostos sobre a mesa, frontalmente aos assentos dos participantes.

Abrindo a reunião, o prefeito agradeceu o empenho da equipe no breve período de governo, iniciado em 15 de março daquele ano. Em rápida avaliação, disse que os primeiros passos para soerguer o município estavam sendo dados, principalmente quanto ao saneamento das finanças públicas. Percebia, dizia ele, que a cidade voltava a confiar no governo municipal, o que aumentava a responsabilidade dos que ali estavam.

Impunha-se, portanto, estreitar o relacionamento entre o prefeito e os setores da administração, de modo a ampliar a eficiência nas ações de governo. Com tal objetivo, resolvera estabelecer um referencial de contato entre ele e seus auxiliares imediatos, que fosse ao mesmo tempo prático e funcional - o “caderno azul” -, um para cada membro da equipe.

Na primeira página do caderno, como se fosse um termo de abertura, estava uma mensagem do prefeito. Para proceder a leitura do texto, o prefeito convidou o assessor especial, Dr. Raul de Oliveira Rodrigues Filho. Pondo-se de pé e em voz pausada - com certa solenidade -, leu:

“Duque de Caxias, 8 de julho de 1975.

Meu caro Raul

Ao amigo e colaborador direto, que vem se dedicando de corpo e alma na luta pelo engrandecimento do Município, entrego este significativo caderno azul - cor da minha “Poderosa Artilharia” - com o objetivo maior de facilitar a anotação e controle de solicitações que, por imperativo do cargo, sou obrigado a fazer.

Este será o nosso diário. Nele, estou certo, serão creditadas e debitadas as contas do Prefeito com o estimado auxiliar.

Espero, dessa forma, contribuir para maior

eficiência de nossa extraordinária e já conceituada equipe, fazendo votos que, ao final da nossa gestão, não haja credor ou devedor, vencedor ou vencido.

Com a permanente admiração do Renato.”

Concluída a leitura, o prefeito pediu que o caderno fosse efetivo instrumento de anotações e consultas, sempre portado em despachos e reuniões. Em reforço ao texto, lembrou que, ao longo das jornadas e expedientes de trabalho, o cotidiano nos trazia problemas e assuntos diversos. Não se poderia, por conseguinte, confiar apenas na memória, era indispensável o registro escrito. Após essa introdução, passou-se à pauta da reunião.

A partir de julho de 1975 e até o final do governo, o caderninho azul tornou-se companheiro inseparável em reuniões e despachos com o prefeito.

3. As ruas de pedestres

Desde sua posse, em 15/3/1975, o prefeito Renato vinha dedicando-se à reorganização dos serviços públicos municipais. Quando assumiu o governo, encontrou o funcionalismo com os salários atrasados em sete meses, e enorme dívida com prestadores de serviços e fornecedores. Em setembro daquele ano, os salários dos servidores municipais foram postos em dia, enquanto os débitos da municipalidade foram renegociados e, em grande parte, quitados. O primeiro objetivo estava alcançado, isto é, o saneamento das contas da prefeitura.

Apesar desse avanço administrativo, a cidade convivia com problemas estruturais nos serviços públicos básicos. Ruas sem calçamento, esburacadas, com valas negras, sem iluminação pública, sem coleta regular de lixo... Escolas e hospitais públicos sucateados... Carências múltiplas e em direções diversas.

Ao lado do prioritário saneamento das finanças, impunha-se reestruturar o aparelho burocrático da municipalidade e melhorar os serviços por ele prestados. Concebeu-se, assim, um plano emergencial de obras: recapeamento asfáltico das ruas centrais, recuperação do

sistema de coleta de lixo, substituição de luminárias queimadas, reforma de prédios escolares e de unidades de saúde...

Mesmo com o plano em andamento, era evidente a necessidade de realizar um projeto, uma iniciativa, um algo a mais, que simbolizasse a chegada de novos tempos para a cidade. Não poderia ser um empreendimento de custo elevado, pois o erário municipal ainda não suportaria. Vez ou outra, essa questão era abordada nas reuniões periódicas do prefeito com sua equipe.

Tornou-se consensual que o projeto de impacto deveria ser realizado no centro da cidade, em local que beneficiasse a população como um todo. E a solução veio de Curitiba, que em meados dos anos 70 era considerada um dos mais avançados centros urbanos do país. Solução simples, sem complexidade técnica e de baixo custo, inspirada no trabalho urbanístico desenvolvido pelo prefeito Jaime Lerner, em seu primeiro mandato (1971-1975).

Em sua gestão, Jaime Lerner implantou novos conceitos urbanísticos na capital do Paraná: calçadão para pedestres em ruas centrais, corredores exclusivos para ônibus, criação de pontos de encontro e de lazer, de áreas verdes e de proteção ambiental... Uma dessas idéias inovadoras seduziu o prefeito Renato, a criação de ruas de pedestres.

Com facilidade, o local foi definido - a Praça da Emancipação e as ruas Joaquim Lopes de Macedo e Manoel Correa. Era um espaço nobre - tanto pelo intenso fluxo de pessoas como pelo movimento comercial - e com a vantagem de as ruas confluírem à praça. Os veículos por ali transitavam com dificuldades, pois os logradouros eram estreitos e sem pontos apropriados ao estacionamento. Agravava-se esse quadro nas horas de “rush”, quando se incrementavam as idas e vindas de passantes, advindo maiores riscos de atropelamentos.

Em fins de 1975, o local escolhido entrou em obras, sendo interditado ao trânsito de veículos. Inspirando-se na experiência urbanística de Curitiba, o projeto foi elaborado pelos órgãos técnicos do Departamento de Obras e Viação da prefeitura, sob a coordenação de seu diretor, o engenheiro Sílvio Proença Nunes. Um espaçoso calçadão foi ali construído, dotado de confortáveis bancos, jardineiras, postes de iluminação e outros elementos decorativos. A cidade ganhava suas

primeiras ruas de pedestres - conhecidas na Baixada e nos bairros periféricos da cidade do Rio de Janeiro como o “Calçadão de Caxias”.

4. O Grupo Arco e o projeto da feira de arte no calçadão

Em dezembro de 1975, o Grupo Arco (Arte e Comunicação) propôs ao Departamento de Educação e Cultura da PMDC a criação de uma feira de arte, aos domingos, no calçadão das ruas de pedestres.

Fundado por Francisco Barboza Leite, Rogério Torres e Armando Valente, o Grupo Arco, nos anos 70, desenvolvia produtivo trabalho de incentivo às artes e às letras em Duque de Caxias. No dizer de Rogério Torres, um de seus destacados integrantes:

“(...) o Grupo Arco reunia pessoas de significativa expressão na vida intelectual da Baixada Fluminense. Pretendendo cobrir uma lacuna deixada pela ação oficial no campo da cultura, o Grupo organizava exposições plásticas, promovia festivais, realizava feiras de arte, além de apoiar o lançamento de publicações independentes.” (Rogério Torres - prefaciando “Contrastes e Confrontos - fotografias”, de Armando Valente, Gráfica Register, 1991)

A iniciativa procurava reavivar o cenário artístico da cidade, inspirando-se em movimentos que vinham dos anos 50. Naquela ocasião, em 1957, idealizada por Francisco Barboza Leite e com apoio do jornal “Grupo”, realizou-se no município - em sala da Galeria “25 de Agosto” - a “1ª Exposição Coletiva de Artes Plásticas”. Cerca de 3 mil pessoas visitaram a coletiva, que contou com trabalhos de vinte expositores - a maioria atuando na vida cultural da então capital da república.

De igual modo, recorria à ressonância dos “salões duquecaxienses de pintura” promovidos, em 1968 e 1969, pela Sociedade de Cultura Artística de Duque de Caxias, coordenada pelo jornalista Carlos Ramos. Esses salões revelaram artistas plásticos que

se destacariam nos anos seguintes, estando entre eles Armando Romanelli, Rogério Torres, Walter Collares, Rodolfo Arldt, Do Carmo Fortes, Gleiby de Almeida Teixeira, Paulo Ramos...

Receptivo à proposição do Grupo Arco, o diretor do Departamento de Educação e Cultura da PMDC, solicitou estudos de viabilidade à Divisão de Cultura, Recreação e Desportos. Em atenção ao despacho do diretor, o chefe do Serviço de Cultura da referida divisão, o ator Suheil Saud, inspecionou o local e fez contatos com comerciantes das ruas de pedestres e com artistas da cidade. Avaliando os dados levantados, opinou favoravelmente ao projeto.

Considerando a manifestação do Serviço de Cultura e a credibilidade do Grupo Arco - por suas contribuições à vida cultural da cidade -, o diretor do DEC assumiu a defesa do empreendimento junto à municipalidade. Com efeito, na reunião governamental de 14/01/1976, propôs a criação de uma feira de arte, aos domingos, no calçadão das ruas de pedestres.

Na fundamentação da proposta, afirmou que a iniciativa era respaldada pelos meios artísticos do município, inclusive por associações e grupos culturais de grande representatividade. Além de não exigir volumosos recursos financeiros à sua implementação, a feira era compatível com a nova programação do DEC, que priorizava atividades inovadoras. Como exemplo dessa linha de trabalho, citou as “Ruas de Recreio”, iniciadas na terça-feira da semana anterior, dia 06/01/1976.

Voltado à faixa etária dos 4 aos 14 anos e orientado por professores de educação física, o projeto recreativo estava atendendo perto de duzentas crianças. Para comprovar o sucesso das atividades lúdicas, o diretor leu a matéria “Garotada Aprova Ruas de Recreio”, publicada pelo jornal “Folha da Cidade”, em 11/01/1976:

“Com a aprovação total da garotada, foram inauguradas terça-feira as “Ruas de Recreio”, iniciativa da Divisão de Cultura, Recreação e Desportos do DEC e que funcionam num trecho das ruas Tuiuti e General Câmara, no centro. As “Ruas de Recreio” funcionam de segunda a sexta-feira, no horário das 14 às 19 horas, quando são

interditadas ao tráfego de veículos. A coordenação dos jogos e brincadeiras está a cargo de professores de Educação Física da Municipalidade e a participação das crianças está limitada apenas quanto à idade.

EXPERIÊNCIA

Para o industrial e desportista Carlos dos Santos Vieira, chefe da DCRD, as “Ruas de Recreio” visam proporcionar uma diversão orientada às crianças em férias e funcionarão até o final do mês. De acordo com os resultados obtidos nessa experiência, as “Ruas de Recreio” serão ampliadas no próximo ano, aproveitando outros locais e permitindo a participação da garotada de todo o município.

Nesta fase de experiência, a garotada conta com pingue-pongue, volei, basquete, queimado, escorrega, balanços, gangorras, estes últimos aproveitando um mini-parque instalado no local há alguns anos pelo atual chefe da DCRD.

Entre a garotada, a iniciativa mereceu aplausos gerais, dependendo, agora suas instituições definitivas apenas da ação da DCRD, com o apoio do prefeito Renato Moreira, que sempre reafirma que a meta do seu Governo é o Homem. Nada melhor que começar, portanto, proporcionando áreas de lazer às crianças.” (Jornal “Folha da Cidade”, de 11/01/1976).

Após a leitura, sustentou que era necessário reproduzir na área cultural os resultados obtidos, até aquele momento, na recreação infantil e no campo educacional - onde escolas eram reformadas, novos prédios construídos e os salários de professores e funcionários atualizados. Para encerrar, argumentou que a feira de arte incentivaria a criatividade dos artistas locais, aglutinando-os e revelando talentos.

Em seu “caderno azul”, o diretor do DEC fez a seguinte anotação:

“Feira de Arte nas Ruas de Pedestres - fiz exposição de

motivos. Prefeito ficou de estudar o assunto. Houve boa receptividade por parte do Secretariado.” (Caderno Azul de Stélio Lacerda, reunião governamental de 14/01/1976)”

Durante a explanação do diretor do DEC, pronunciaram-se, em apartes favoráveis, o diretor do Departamento de Saúde e Serviço Social, Dr. Sebastião Bastos Soares, e o diretor do Centro de Informações Cadastrais, José da Silva Barros - o ex-parlamentar “Zuca”. Radicados na cidade há muitos anos, defenderam a feira de arte como caminho ao lazer cultural da população, tão carente de atividades nessa área.

A princípio, o prefeito acolheu a iniciativa, mas precaveu-se encomendando estudos quanto à existência ou não de impedimentos à feira de arte em logradouros públicos. O Departamento de Fazenda verificaria o Código Tributário Municipal; enquanto o Departamento de Serviços Públicos, o Código Municipal de Posturas.

Na semana seguinte, em despacho de rotina com o diretor do DEC, o prefeito autorizou a realização da feira, já que não havia norma restritiva nos Códigos Tributário e de Posturas. Porém, em se tratando de iniciativa inovadora, recomendou a adoção de critérios quanto à inscrição de expositores e ao funcionamento do evento. Ficou acertado, naquela oportunidade, que os artistas participantes seriam dispensados do pagamento de taxas à municipalidade.

Com o trabalho integrado do Grupo Arco e da equipe do Departamento de Educação e Cultura, foi elaborado o “Regulamento da Feira de Arte”, devidamente publicado no Boletim Oficial do município e distribuído a veículos de comunicação. Estabeleceu-se que a feira funcionaria, em caráter experimental, de 21/3 a 30/5/1976, e que as inscrições seriam realizadas no Serviço de Cultura do DEC, obedecidas as normas do Edital baixado para esse fim. Na ocasião, os expositores tomariam ciência do regulamento.²

Para administrar o dia-a-dia da feira, o diretor do DEC designou uma comissão organizadora, integrada por representantes do Grupo

²Os documentos oficiais do Departamento de Educação e Cultura - portarias, ordens de serviço, memorandos, ofícios...- encontram-se nos arquivos da Secretaria Municipal de Educação da PMDC. Entre eles, os relativos à feira de arte (assinados em 1976): “Regulamento da Feira de Arte”, Edital com as normas de inscrições e portaria designando a “comissão organizadora”.

Arco e do Serviço de Cultura do DEC. Entre outras tarefas, cabia à comissão cuidar da qualidade dos trabalhos expostos, evitando a exposição de peças de procedência industrial.

5. O Olhar de órgãos da imprensa

Fundado pelo jornalista Nelson de Oliveira e circulando desde 1964 na Baixada, o jornal “O Estado Ilustrado”, em sua edição de 14/3/1976, publicou substanciosa reportagem sobre a feira de arte, a ser inaugurada no domingo seguinte, em 21 de março daquele ano. Na matéria “Duque de Caxias terá Feira de Artes”, são relatadas as normas estabelecidas pela municipalidade quanto à sua organização e funcionamento:

“Após pronunciamento dos órgãos técnicos do Departamento de Educação e Cultura e de Serviços Públicos, o Prefeito Renato Moreira da Fonseca determinou a implantação da Feira de Artes do Município de Duque de Caxias, depois de aproveitar a regulamentação de seu funcionamento, elaborada pelo DEC.

Pela regulamentação, a I Feira de Arte será inaugurada no próximo dia 21 de março, ganhando a cidade mais um ponto de atração, onde poderá a população apreciar os trabalhos expostos por conceituados pintores e escultores.

De acordo com o regulamento baixado pelo Diretor do Departamento de Educação e Cultura da municipalidade, só poderão ser expostos trabalhos de pintura, desenho e gravura, bem como talhas, cerâmicas, montagens, colagens, literatura e variedade de artesanatos, desde que sejam, estabelece o regulamento, de “qualidade suficientemente comprovada”. O Departamento de Educação e Cultura ao coordenar as atividades da Feira limitou o seu funcionamento, fixando o período de 21 de março a 30 de maio, dentro do horário de 7 às 13 horas e somente aos domingos. O local, como já tem sido fartamente divulgado, será a Praça da Emancipação e as Ruas Joaquim Lopes de Macedo e Manoel Correa. Ainda de acordo com o

regulamento, a supervisão e coordenação dos trabalhos relativos à Feira de Artes ficarão a cargo da comissão designada para esse fim pelo diretor do Departamento de Educação e Cultura, em conjunto com a Divisão de Cultura, Recreação e Desportos.

O Edital do DEC, publicado na imprensa, encerrou o prazo das inscrições para os interessados em expor os seus trabalhos no dia 12 de março. Adverte ainda o regulamento que a venda das peças em exposição na I Feira de Artes de Duque de Caxias será de inteira responsabilidade do expositor, não cabendo à Prefeitura Municipal qualquer responsabilidade de venda, guarda, ou retirada dos trabalhos ali expostos. Quanto ao critério de avaliação dos trabalhos a serem expostos, ficará a critério da Comissão Organizadora o direito de julgar a aptidão artística do expositor.”

Em 19/3/1976, o jornal “A Voz dos Municípios Fluminenses”, editado em Nilópolis e cuja sucursal em Duque de Caxias era dirigida pelo jornalista Carlos Ramos, publicou na primeira página a chamada “Feira de Arte será instalada no domingo”. Ilustrando o título, uma fotografia da “Oficina de Trabalhos Manuais Heitor Lyra” da Escola Regional de Meriti, onde aparece o mestre José Montes ensinando entalhe em madeira a seus alunos. Abaixo da foto, vinha a seguinte legenda:

“Marcada para depois de amanhã a inauguração da “Feira de Artes” promovida pela Prefeitura de Duque de Caxias, através do seu Departamento de Educação e Cultura, em atenção à solicitação de um grupo de artistas e artesãos ao prefeito Renato Moreira da Fonseca. A “Feira de Arte” será instalada nas ruas de pedestres Joaquim Lopes de Macedo e Manoel Correa, na confluência com a Praça da Emancipação.”

Na página oito da referida edição de “A Voz dos Municípios Fluminenses”, em matéria não assinada, o acontecimento artístico era detalhado. Em seu texto, além do noticiário específico sobre o evento, clamava por atenção maior da municipalidade às iniciativas culturais:

“Feira de Arte” terá sua inauguração neste domingo

Será neste domingo, nas ruas de pedestres Joaquim Lopes de Macedo e Manoel Correa, na confluência com a Praça da Emancipação, em Duque de Caxias, a inauguração da Feira de Arte que a Prefeitura Municipal, através de órgãos de seu Departamento de Educação e Cultura, estará promovendo visando, assim, dar maior realce àquele recém-inaugurado local público, bem como divulgar os artistas residentes na região, num movimento altamente cultural, a exemplo do que vem ocorrendo em outras grandes e importantes cidades do país.

Na última segunda-feira, nas dependências do DEC, realizou-se uma reunião final entre artistas inscritos e membros do Grupo de Trabalho nomeado para planificar e organizar a Feira, ficando acertados os últimos detalhes para a mostra de arte que, pelo que consta, reunirá um grande número de artistas plásticos daquele município.

A Feira de Arte de Duque de Caxias, como se sabe, foi autorizada pelo Prefeito Renato Moreira da Fonseca, em atenção à solicitação de um grupo de artistas, sendo sonho de quantos se dedicam ao desenvolvimento cultural da cidade, pois ela oferecerá oportunidade a artesãs que não dispõem de meios para mostrar seus trabalhos e, por isso mesmo, permanecem no anonimato. Paralelamente à Feira de Arte, numa loja do Edifício Cohen, na Praça Roberto Silveira, , bem ao lado da sede do Executivo duquecaxiense, será inaugurada uma exposição de quadros de consagrados artistas nacionais, completando assim e de início (sic) o movimento.

Com a inauguração dessa Feira de Arte, a ocasião é excelente para a administração municipal oferecer o testemunho de seu interesse pela cultura e outros fatores

de desenvolvimento e progresso. Pois, além de teatro, biblioteca, museu, e outros aspectos inerentes ao bem estar social da comunidade, a Feira de Arte pode constituir-se num fator de prestígio e relevância para o município, de vez que, movimentos idênticos a esse a cidade e toda a região carece de há muito. Movimentos particulares e esporádicos não se justificam e raramente atingem aos seus elevados objetivos.”

6. A inauguração e os primeiros tempos

No período experimental, a Feira de Arte funcionou por onze domingos consecutivos, de sua inauguração em 21 de março à 30 de maio de 1976. Naquelas manhãs dominicais, tornou-se um programa especial uma passagem pelo calçadão de Caxias. Ali estavam expostos trabalhos artísticos diversos, desde o artesanato às artes plásticas. Conviviam naquele espaço a céu aberto, iniciantes no mundo das artes e artistas conceituados como Francisco Barboza Leite, Rogério Torres, Armando Valente, José Montes, Guilherme Peres, Walter Collares, Messias Neiva, Iza Leite, Bezerra, Marcos Bonfim, Manuel Ribeiro, Chico Fernandes, Eldemar de Souza...

Naquele 21 de março, um domingo ensolarado, perto das dez horas da manhã, o prefeito Renato Moreira da Fonseca (1975-79) e sua esposa, D. Heda Castro da Fonseca, inauguraram oficialmente a feira. Percorrendo barracas e painéis, apreciavam as obras expostas e indagavam sobre as técnicas empregadas no ato criativo. Acompanhando o prefeito, em comitiva cultural, o diretor do DEC e sua equipe, artistas, jornalistas e gente do povo. O prefeito saía do gabinete e vinha à rua, participar de acontecimento artístico. Em seus quase quatro anos de governo, ações dessa natureza não foram praticadas pelo seu antecessor, Carlos Marciano de Medeiros (1971-75).

Os dois prefeitos coincidiam quanto à chegada ao poder - por nomeação, sem a legitimidade do voto popular -, mas diferenciavam-se quanto ao desempenho no cargo. O general Carlos Marciano de Medeiros recolhia-se ao gabinete, protegido por seguranças. Raramente participava de atos públicos e sua equipe de governo era integrada por gente de fora - com predomínio de militares -, sem

compromissos com a cidade. Como exceção ao grupo de alienígenas, apenas dois representantes do município: a prof. ^a Hilda do Carmo Siqueira, diretora do DEC, e o arquiteto Wilson Pinto de Almeida, chefe da Assessoria de Planejamento e Orçamento. Só ao longo do governo, funcionários municipais foram aproveitados em outros cargos de relevância - José Ferreira, na direção do departamento de Fazenda, Ivanir Ribeiro, na Divisão de pessoal...-, sem alterar substancialmente o eixo decisório.

O coronel Renato Moreira da Fonseca viera governar Duque de Caxias por indicação do almirante Faria Lima, governador da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Empossado em 15/3/1975, recebera o município próximo da insolvência, pelo desgoverno anterior. Para sanear as finanças municipais e reorganizar a administração, constituíra seu governo com técnicos cedidos pelo estado, sem a participação de militares. Completou a equipe com gente radicada na terra: o médico Sebastião Bastos Soares, diretor do Departamento de Saúde e Serviço Social; o prof. Stélio José da Silva Lacerda, diretor do Departamento de Educação e Cultura; o ex-deputado José da Silva Barros, diretor do Centro de Informações Cadastrais e o arquiteto Wilson Pinto de Almeida, mantido na Assessoria de Planejamento e Orçamento. No transcurso de seu governo, Renato nomeou outros nomes da cidade: o economista Walter Casado, diretor do Departamento de Fazenda, o engenheiro Paulo Roberto Trindade Braga, diretor do Departamento de Obras e Viação e o jornalista Ruyter Poubel, Auditor Geral de Controle Interno.

Desde seu primeiro momento, desenhava-se o acerto da iniciativa do Grupo Arco. Sem dúvida, a feira de arte contribuía à revitalização do centro de Caxias. Os visitantes, em passo lento, seguiam pelas ruas Joaquim Lopes de Macedo e Manuel Correa, convergindo à Praça da Emancipação. Descontraídos, admiravam as obras expostas em evento incomum por aquelas paragens. Formavam-se grupos em torno dos artistas e seus trabalhos, multiplicando conversas e afinidades. Após a missa da Igreja Matriz de Santo Antônio situada nas imediações -, muitos dos fiéis, principalmente os mais jovens, passavam pela feira, dando-lhe mais vida. Por ali ficavam até a hora do almoço, esticando a manhã do Domingo.

Os bares do calçadão faziam a festa, incrementando seu

movimento com reforço de comestíveis e bebidas, razão pela qual tornaram-se aliados na luta pelo sucesso do empreendimento cultural. Edificava-se naquele espaço a “república” das artes: poetas declamavam seus versos de cordel, uma paisagem surgia na tela de um pintor que ali exercia seu ofício, músicos ensaiavam suas composições, artesãos confeccionavam objetos de adorno ou de utilidade doméstica... Ali, os artistas, iniciantes ou veteranos, encontravam seu cantinho para expressar criatividade.

Duque de Caxias avançava culturalmente, não obstante os tempos cinzentos do universo político do país. Na conjuntura da época, as iniciativas culturais eram consideradas sob a ótica da política repressiva vigente. Com efeito, a promoção de uma feira de arte em município declarado “de segurança nacional”, com prefeito militar nomeado, envolvia uma dose de ousadia. Em momento algum, é preciso dizer, obras e artistas foram objetos de censura - nem mesmo quando, em seu espaço, foi representado “Morte e Vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto. Naqueles domingos, a exposição artística fluía em curso natural, sem maiores transtornos. Era, antes de mais nada, um canal de expressão que a todos interessava manter aberto.

Nessa obra cultural coletiva, o Grupo Arco exerceu marcante presença. Seus integrantes - tendo à frente Barboza Leite, Rogério Torres e Armando Valente - desdobravam-se em providências, da abertura ao encerramento: ora ajudando a expor as obras de forma mais estética, ora estimulando visitantes indecisos a adquiri-las, ora tomando medidas para seu aprimoramento. Trabalho voluntário, por amor à arte, sem onerar os cofres públicos. Com o correr do tempo, a municipalidade afastou-se da gestão da feira, entregando seu dia-a-dia aos próprios expositores.

7. O 4 de julho de 1976, recomeço da feira

Em junho de 1976, a feira de arte entrou em recesso. Naqueles domingos, o calçadão ficou saudosos da vida que lhe davam as cores, os sons e as energias criativas de seus participantes. Em suas proximidades, de 11 a 13 de junho aconteceria a tradicional festa da Igreja Matriz de Santo Antônio. Para viabilizar a quermesse, a igreja contava com o apoio da prefeitura, empresas, clubes de serviço e

entidades filantrópicas. A partir do início dos anos 70, o evento religioso era chamado de “Feira da Comunidade”, montando suas barracas no adro da igreja e no quarteirão que lhe era frontal, na Avenida Presidente Kennedy. Assim, a primeira quinzena de junho era reservada aos festejos em louvor ao padroeiro da cidade.

Enquanto ocorriam esses preparativos para os festejos religiosos, promoveu-se uma reunião no Serviço de Cultura da municipalidade, nos primeiros dias de junho, para avaliar a fase experimental da feira de arte. Dela participaram representantes do DEC, conselho Municipal de Cultura, comissão organizadora e expositores. Com ajustes e alterações aqui e ali, houve concordância quanto à sua continuidade. Na ocasião, o diretor do DEC ficou de encaminhar os resultados do encontro ao prefeito.

Na reunião governamental de 09/06/1976, entre solicitações e comunicados, o prefeito fez menção elogiosa à edição n.º 3 do “Boletim Informativo” da Divisão de Cultura, Recreação e Desportos, referindo-se à página do Conselho Municipal de Cultura. Destinado às escolas municipais e repartições da prefeitura, o boletim publicara artigo de Francisco Barboza Leite, presidente do referido conselho, sobre o mundo das artes e suas manifestações em Duque de Caxias. No “caderno azul”, consta o seguinte registro:

“Reunião 09/06/1976 9 h e 30m

Prefeito cumprimentou o DEC pelo n.º 3 do Boletim Informativo, lendo inclusive o artigo do Conselho Municipal de Cultura.”

Aproveitando o momento favorável, o diretor do DEC levou ao conhecimento do prefeito as conclusões do encontro de avaliação da feira de arte, acontecido naquela semana. Disse, então, que era consensual a retomada do projeto. O prefeito autorizou o reabertura da feira, delegando ao DEC as providências necessárias.

Concedida a autorização, foi marcada a data de recomeço da feira - 04 de julho de 1976. Na reunião governamental de 30/06/1976, entre outros assuntos, o prefeito tomou conhecimento do dia do

reinício. No “caderno azul” constam as seguintes anotações:

“Reunião - 30/06/1976 - 9H e 20m

1. Levei ao conhecimento do Exmº Sr. Prefeito:

- a) que o Concurso de Quadrilhas Estudantis será realizado nos dias 30/06, 1º e 2/07, no Clube dos Quinhentos;**
- b) que a II Rua de Recreio será realizada em Saracuruna, de 12 a 26/07;**
- c) que no dia 03/07, às 9 horas, no Estádio Municipal, encerrar-se-ão os VIII JEDC (Jogos Estudantis de Duque de Caxias);**
- d) que a Feira de Arte será reiniciada no dia 04/07.”**

Pelos registros do “caderno azul”, em julho de 1976 estavam programadas atividades ligadas ao folclore (dança de quadrilhas), à recreação e ao esporte (rua de recreio e jogos estudantis) e às artes, com a volta da feira ao calçadão. Em um ano e pouco, os desmandos e abandonos do governo anterior começavam a ser superados. A caminhada, no entanto, era longa e árdua.

Em 04 de julho de 1976, um domingo de inverno, a feira voltava a movimentar o calçadão. Por meses e meses, a arte marcaria encontro com o povo caxiense. Aquele espaço ficou de tal modo identificado com atividades culturais, que nele se tentou instalar uma Casa de Cultura. Para abrigá-la, o Grupo Arco propôs ao DEC, em abril de 1977, com amplo apoio de artistas e intelectuais, a desapropriação do Hotel Astória - situado na Rua Joaquim Lopes de Macedo, n.º 15-A. Pela proposição, o antigo hotel - comprometido com o lenocínio - seria transformado em espaço destinado às letras e às artes.

Na reunião governamental de 27/04/1977, o diretor do DEC apresentou a proposta de instalar uma “Casa de Cultura” no decadente Hotel Astória. Solicitou que, preliminarmente, suas dependências fossem vistoriadas, principalmente quanto às condições de higiene e segurança do prédio. Sem entrar no mérito do pedido, o prefeito autorizou a vistoria e o exame do alvará de localização.

No orçamento municipal de 1977, no entanto, não havia dotação orçamentária para a desapropriação de imóvel daquele porte, nem recursos para obras de adaptação do prédio, de modo a adequá-lo às funções culturais. Além dessas dificuldades, o governo Renato tinha outras prioridades no âmbito do Departamento de Educação e Cultura. Desde o final de 1975, desenvolvia estudos para erguer um centro esportivo em área contígua ao Estádio Municipal “João Gaspar Corrêa Meyer”. De grandes dimensões, a praça de esportes englobaria o estádio, que seria reformado, e a construção de ginásio coberto, pistas de atletismo, quadras polivalentes, quadra de tênis e dependências administrativas para a Divisão de Cultura, Recreação e Desportos.

Em meados de 1977, foi legalizada a cessão da área para edificar o centro esportivo. A partir de então, foi providenciado o aterro do terreno, parcialmente pantanoso. No final daquele ano, a obra foi licitada, absorvendo enormes recursos orçamentários. Em março de 1979, era inaugurado o complexo esportivo. Ao privilegiar a construção da praça de esportes, obra que a cidade também carecia, o governo municipal adiou a criação da casa de cultura para tempos incertos. Nem com o advento do novo século, esses tempos chegaram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“CADERNO AZUL” de anotações de despachos e reuniões do prefeito com os integrantes do primeiro escalão do governo. Exemplar entregue, em 08/07/1975, pelo prefeito Renato Moreira da Fonseca ao diretor do Departamento de Educação e Cultura da PMDC, Stélio José da Silva Lacerda. A partir daquela data, usado regularmente para registrar solicitações ou decisões de governo.

TORRES, Rogério - in prefácio de Contrastes e Confrontos, de Armando Valente. Gráfica Register, 1991.

LACERDA, Stélio José da Silva - in Uma passagem pela Caxias dos anos 60. Gráfica Shaovan, 2001.

JORNAL “A VOZ DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES”, Nilópolis, 19/3/1976.

JORNAL “FOLHADA CIDADE”, Duque de Caxias, 11/01/1976.

JORNAL “GRUPO arte e cultura”, Duque de Caxias, n. ° 2, junho de 1957.

JORNAL “O ESTADO ILUSTRADO”, RJ, 14/3/1976.

CENTRO DE MEMÓRIA: CAMINHOS E DESCAMINHOS NA PRODUÇÃO DA HISTÓRIA DA BAIXADA FLUMINENSE

Alexandre dos Santos Marques¹

A análise dos reflexos da atuação profissional dos professores formados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias / Fundação Educacional de Duque de Caxias revela-nos sua importância estratégica no campo educacional. Atendendo a uma área relativa a toda a Baixada Fluminense, e também a municípios circunvizinhos. O que pensamos e como pensamos os nossos cursos de graduação, de pós-graduação e os destinados aos professores da região tem uma influência direta, via rede escolar, na formação de gerações de homens e mulheres desassistidas. Sendo assim, assumimos o compromisso com a formação docente e discente, com as elaborações que nos levem a pensar esse espaço social. Tais perspectivas têm contribuído para pensarmos alternativas para a região e para os segmentos sociais segregados.

A população da Baixada Fluminense, até a década passada, teve um parco contato com análises do passado histórico operado no seu interior. Esse silêncio dificulta muitas vezes o quadro de múltiplas segregações experimentadas no tempo presente, e o reconhecimento dos fatores que produziram as interpretações da Baixada enquanto espaço integrado ao conjunto regional e nacional, assim como suas peculiaridades. Novas interpretações podem contribuir para dinamizar uma ação mais interventora da população no que diz respeito à fiscalização da coisa pública e nas construções de políticas voltadas para o conjunto de sua população.

¹

Mestrando em História Social do Trabalho pela Universidade Severino Sombra - Vassouras - RJ.
Coordenador do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense /
Fundação Educacional de Duque de Caxias.
Titular da Disciplina Metodologia da Pesquisa do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Duque de Caxias.
Professor da rede pública municipal de Duque de Caxias.

As pesquisas são realizadas ainda com muitas dificuldades devido à ausência de um local estruturado que centralize as informações e os trabalhos sobre a Baixada Fluminense e à inexistência de financiamento para as investigações. O Centro de Memória se propõe a ser um desses espaços, e a sua estruturação é um dos caminhos propostos para afirmar o debate em torno da construção de políticas que possam tecer mudanças no conjunto da vida social.

A Baixada Fluminense,² com aproximadamente 4 milhões de habitantes se caracteriza por sua pluralidade cultural e pela especificidade de sua história.

Marcada por fluxos populacionais, migrações e imigrações constantes ao longo do século XX, foi, durante alguns séculos, de importância fundamental para a antiga capital nacional, o Rio de Janeiro, fornecendo madeira³ e cerâmica, constituindo-se em local de estalagens no chamado "caminho do ouro"⁴, de produção de café⁵ e laranja,⁶ e já na segunda metade deste século em região de cidades-dormitórios.

Apesar de possuir uma história complexa e já existir uma vasta literatura de cunho memorialista e documentarista, carece ainda da ampliação das abordagens acadêmicas e de uma sistematização dos conhecimentos já produzidos, já que as obras encontram-se distribuídas nas mais variadas instituições de pesquisa.

Buscando preencher essa lacuna, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias - FEUDUC, através do curso de História, iniciou uma série de atividades que tinham como eixo a história da região. A FEUDUC, fundada em 1969, até 1999 constituía-se a única instituição de ensino superior da Baixada Fluminense que

²O que aqui denominamos Baixada Fluminense é o conjunto de municípios integrados à região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro e composto por Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Nilópolis, Nova Iguaçu, Mesquita, Queimados e São João de Meriti.

³BEZERRA, Nielson Rosa Bezerra. Pau para toda obra: a importância da madeira na história econômica do Recôncavo Guanabarrino. In: **Caderno de Textos de História Local e Regional da Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: FEUDUC/CEMPEDOC-BF/APPH-CLIO. Ano 1, n I, Julho. 1999.

⁴PERES, Guilherme. **Baixada Fluminense. Os caminhos do ouro**. Rio de Janeiro: Impresso Brasil Gráfica Register, 1993.

⁵PEREIRA, Waldick. **Cana, Café e Laranja: história econômica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977.

⁶SOUZA, Sonali Maria de. **Da laranja ao lote. Transformações sociais em Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Departamento de História. Dissertação de Mestrado, 1992.

oferecia o curso de História.

Durante esse período exerceu importante papel no cenário político-educacional da região, formando profissionais da educação de várias áreas. Esses profissionais reproduziram no universo escolar a prática socioeducacional da instituição e, no que interessa a este artigo, do curso de História.

Nessa instituição, a partir de 1990, através das iniciativas de um grupo de professores do curso de História procurou-se diminuir a distância entre a prática de ensino fundamental e médio e o conhecimento produzido nas universidades; criar um espaço para intercâmbio das experiências pedagógicas fomentadas, troca de informações e abordagens que privilegiassem a História e a realidade da Baixada, local em que a faculdade está inserida.

Nesse sentido é válida a posição de Ilmar Rolhoff Mattos de que "é preciso juntar a produção e a pesquisa universitária com o que se produz na escola. A universidade pensa, avança, mas não temos nenhum órgão público que financie esta integração"⁷. Se por um lado é verdadeiro que não existem iniciativas dos órgãos públicos no sentido de incentivar uma história do local, aproximando as redes de ensino de uma possível produção acadêmica originária da própria região, por outro as dificuldades institucionais para que estas pesquisas e estes diálogos ocorressem tiveram que ser transpostos.

Institucionalmente, na última década, o Departamento de História esforçou-se em elaborar uma linha de atuação que marcasse a sua identidade acadêmica; construir uma linha didático-pedagógica para o curso de licenciatura em História; criar um laboratório de ensino que instrumentalizasse os profissionais em formação e os já formados e, finalmente, criar um pólo de documentação e pesquisa da História da Baixada Fluminense, em suma, assumir aquilo que Certeau chamou de "lugar social". Para ele, "o discurso científico que não fala de sua relação com o "corpo social" não seria capaz de articular uma prática. Deixa de ser científico"⁸. Ou ainda: "é impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele é

⁷ *Apud* LAGOA, Ana. História: o bonde que a escola perdeu. In: **Revista Nova Escola**. São Paulo: Abril. Novembro, 1994.

⁸ CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: Novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p.23

organizado em silêncio"⁹.

A percepção que esse grupo de professores teve sobre a importância desse "lugar social" ocupado regionalmente pela FEUDUC partiu das colocações que seus alunos obtinham nos concursos para o magistério público e pela predominância desses nas redes pública e particular de ensino em toda a Baixada Fluminense.

Essa percepção apontou, também, para três contradições: a pouca experiência didático-pedagógica que esses profissionais tinham ao ingressarem no mercado de trabalho, a falta de conhecimento que tinham sobre a história da região e como poucos se dedicavam ao ofício de historiador, ou seja, à pesquisa histórica, assuntos que, até então, não eram discutidos na graduação.

Em relação à primeira contradição, na mesma época, início dos anos 90, ocorriam em nível nacional as "mudanças" ou a "crise" dos paradigmas¹⁰. Influenciados pela quarta geração da Escola dos Annales, os debates ocorridos nas grandes universidades repercutiam nos programas das redes de ensino. Casos mais flagrantes eram a proposta para o ensino das Ciências Sociais dos recém-implantados ginásios públicos¹¹, os programas implantados na rede municipal de educação do Rio de Janeiro, a elaboração dos programas dos livros didáticos¹² que chegaram às escolas e a proposta dos novos Parâmetros Curriculares Nacionais¹³.

Essa crise ou antagonismo de paradigmas é ilustrada por Barreiros da seguinte forma: "... desde os anos 70 a historiografia brasileira tem buscado novas alternativas de método, bem como vem

⁹CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. (org.) **História: Novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p.23

¹⁰BRUIT, Hector Hernán. Os paradigmas e as Ciências Humanas. In: DA SILVA, Zélia Lopes (org.) **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p 39-49.

¹¹Os ginásios públicos foram implantados como experiência em 1994, no final do governo de Leonel Brizola. Nesse ano em todo o estado do Rio de Janeiro só foram criadas cinco unidades.

¹²Ver DREGUER, Ricardo e TOLEDO, Eliete. **História: cotidiano e mentalidade**. São Paulo: Atual, 1995, que em sua apresentação crítica "os marcos estabelecidos pela história política, diplomática e econômica", e propõe uma "história centrada nos acontecimentos do dia-a-dia dos homens".

¹³Cainelli afirma que os Parâmetros Curriculares Nacionais são sugestões temáticas e estruturais que servirão como base para os municípios e estados elaborarem seus currículos. Os PCNs estavam previstos na Constituição de 1988 e fazem parte da nova L.D.B. Sugerem, principalmente, uma nova forma de encarar a educação no Brasil, desde o maternal até a universidade. CAINNELLI, Marlene. Parâmetros Curriculares Nacionais: ser ou não ser? In: **Boletim Informativo do Laboratório de Ensino de História**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, abril, 1992.

ampliando o campo da investigação temática. Um exemplo dessa renovação é a freqüente preocupação em se tematizar a questão do cotidiano"¹⁴. Essas mudanças levaram os profissionais do ensino de história a reavaliarem suas teorias e práticas.

Na FEUDUC a teoria e a prática tornaram-se objeto de reflexão. Após promoverem várias oficinas em sala de aula os professores Antonio Augusto Braz e Marlúcia Santos Souza elaboraram em 1994 o projeto "Repensando o Ensino de História" e organizaram o "I Encontro de Professores e Alunos de História de Duque de Caxias". Esse encontro "tinha por objetivo criar um espaço de reflexão acerca das pesquisas e teorias da história enquanto elementos fundamentais para a formação profissional competente e comprometida com a educação de qualidade"¹⁵. Após o encontro, foi feita a seguinte avaliação, que reproduzimos na íntegra.

“ O Encontro permitiu o 'falar de si'. Nós 'falamos' a nós mesmos, trocamos experiências e valores e despertamos a necessidade de prolongar estes espaços de reflexão por acharmos que ainda há muito que 'falar'. Vendo assim, acreditamos ter dado o primeiro passo do que esperamos ser um processo de revitalização e liberação dos potenciais acadêmicos e intelectuais de nossa instituição capazes de fazer valer sua atuação sobre a conjuntura educacional da região.

O Primeiro Encontro de Professores e Alunos de História de Duque de Caxias, como marco, cumpriu sua missão. O grupo organizador respaldado nas reflexões obtidas inicia o processo organizativo que delineará desdobramentos do mesmo ao longo do ano vindouro e que culminará com a efetiva realização do segundo encontro em 1995. ”¹⁶

¹⁴ BARREIRO, José Carlos. O mal-estar da história: crise e pensamento na historiografia moderna. In: DA SILVA, Zélia Lopes (org). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995. P.13-23.

¹⁵ **Prospecto do I Encontro de Professores e Alunos de História de Duque de Caxias. Duque de Caxias:** Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias. Departamento de História, 1994.

¹⁶ **Relatório do I Encontro de Professores e Alunos de História de Duque de Caxias.** Duque de Caxias: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias. Departamento de História, 1994. p. 23-24.

Esse encontro desdobrou-se em outros seis realizados, sendo que o de 2000 foi suprimido devido à organização do I Congresso de Professores e Pesquisadores da História da Baixada Fluminense e o último realizado em 2001. Esses encontros tiveram em média um público de 300 pessoas, entre alunos e professores de vários municípios e instituições.

Nesse período, alguns de seus organizadores participaram da implantação dos ginásios públicos; das equipes de reorientação curricular das prefeituras de Belford Roxo, Duque de Caxias e São João de Meriti; da formação de grupos de estudo da Metropolitana V, que resultou na criação do "Clube da História"; das direções dos núcleos municipais de Duque de Caxias e Nova Iguaçu do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação, o SEPE; do II e III Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História, realizados no Rio de Janeiro e em Campinas respectivamente.

Paralelamente a esses esforços, foi incentivado nas redes pública e particular de ensino um debate sobre a necessidade de se produzir uma história acerca da região. Essa necessidade fomentada na graduação e nos espaços de atuação dos profissionais formados na instituição impulsionou a estruturação do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense, o CEMPEDoch-BF e a criação da Associação de Professores-Pesquisadores de História-Clio.

O CEMPEDoch-BF tinha por finalidade incentivar pesquisas sobre a região; armazenar informações sobre sua história visando contribuir para a produção científica; divulgar e manter à disposição do público o acervo adquirido¹⁷. Já a APPH-Clio estabeleceu como sua linha básica de atuação a pesquisa local e regional, tendo como ênfase a Baixada Fluminense¹⁸.

Essas duas instituições têm uma trajetória anterior a suas oficializações e estão diretamente ligadas aos projetos e atividades do Departamento de História da FEUDUC que, como já vimos, remontam ao início da década de 90.

¹⁷ **Estatuto do Centro de Memória da FEUDUC**. Duque de Caxias: Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense, 1997.

¹⁸ Relatório de atividades. **Associação de Professores-Pesquisadores de História**. Duque de Caxias: mimeo, 1999.

Essas últimas iniciativas partiram de duas contradições percebidas pelos professores do Departamento de História: como os profissionais formados na instituição pouco conheciam sobre a história da região, e como poucos se dedicavam ao ofício de historiador, ou seja, à investigação histórica. Esses assuntos praticamente não eram abordados no curso.

Partindo dessas constatações, desde 1992 um grupo de professores, graduandos e ex-alunos da FEUDUC refletia sobre a necessidade de se estruturar um espaço com os seguintes objetivos: 1) aglutinar obras referenciais de caráter acadêmico sobre a História da Baixada Fluminense e organizar um pólo de fomento de pesquisas e publicações sobre a região; 2) construir e divulgar a sua perspectiva de história, evitando uma visão romântica, positivista e memorialista que dominava a produção local até os anos 80; 3) instrumentalizar grupos de pesquisadores voltados para os seguintes temas: o desenvolvimento urbano da região; a construção do poder político local; a História e a preservação do Patrimônio Histórico da região; as manifestações culturais e suas estratégias de resistência; os movimentos populares e sociais; 4) transformar este conhecimento em instrumento de intervenção social das comunidades no que se refere à elaboração e implantação de políticas públicas; 5) buscar uma formação acadêmica (mestrado e doutorado) que possibilitasse aos professores de história ampliar seus espaços de atuação e legitimar academicamente, e para além da academia, seu discurso e suas ações sem perder de vista o "fazer" pedagógico.

A primeira constatação originou um grupo de alunos que, voluntariamente e orientados pelos professores do departamento, visitaram várias universidades, institutos de pesquisa, bibliotecas e acervos particulares em busca de obras acadêmicas referenciais sobre a História da Baixada Fluminense.

A primeira grande dificuldade foi o custeio dessa pesquisa. Apesar dos alunos receberem bolsas de estudo da instituição, suas despesas eram cobertas pelos próprios professores. Esses, por sua vez, nada recebiam, o que só viria a acontecer em 1997.

Outras dificuldades foram: a inabilidade para lidar com os acervos, já que na FEUDUC ainda não havia uma tradição de pesquisa, pois o curso era de licenciatura; a surpresa em encontrar uma

quantidade considerável de obras de caráter científico em vários campos do conhecimento; a diversificação de disciplinas que tinham a região como problemática. Foram encontradas não só obras de História, mas de Antropologia, Sociologia, Geografia, Química, Serviço Social, Direito e Engenharia.

Como resultado dos esforços dessas pesquisas, constituiu-se um acervo bibliográfico e iconográfico com centenas de obras acadêmicas que se encontram no CEMPEDOCH-BF disponibilizadas às comunidades.

Existe ainda uma obra intitulada "A História de Duque de Caxias: Uma nova abordagem"¹⁹, que se encontra no prelo, um vídeo chamado de "Terra de muitas águas"²⁰ e o "Caderno de Textos de História Local e Regional da História da Baixada Fluminense: Hidra de Igoassú".

A partir do levantamento historiográfico organizaram-se grupos de estudos que teorizaram e didatizaram o conhecimento contido nas obras. O projeto "Conhecendo a nossa História" foi um desdobramento dessa experiência.

Esse projeto consistia em oferecer às comunidades conhecimentos sobre a história dos municípios que compõem a Baixada Fluminense. Os programas elaborados para esses cursos possuíam um primeiro bloco comum que analisava a região a partir da chegada dos europeus, estendendo-se até as emancipações, no século XX; os blocos seguintes privilegiavam os estudos após sua separação de Nova Iguaçu. Os eixos do programa eram o desenvolvimento urbano a partir do processo de loteamentos; o surgimento das novas lideranças políticas das novas comunidades e as redes de sociabilidade estabelecidas entre seus membros como estratégias de sobrevivência.

Como eram programas flexíveis e apontavam para várias questões do tempo presente, o grupo foi convidado para desenvolver projetos conjuntos com o núcleo de pesquisas da Faculdade de Serviço

¹⁹ BRAZ, Antonio Augusto; CRUZ, Aurelina e SOUZA, Marlúcia Santos de. **A História de Duque de Caxias: Uma nova Abordagem.** Duque de Caxias: mimeo, 1998

²⁰ PIRES JUNIOR, Roberto e SANTOS, SOUZA, Marlúcia Santos de. **Terra de muitas águas.** Duque de Caxias: Papelaria Itatiaia, 1996. Projeto Caminhando pelo Município.

Social Santa Luzia²¹ e com o Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Nesse departamento, em junho de 2.000, foi organizado um seminário intitulado "Baixada Fluminense: Desenvolvimento, Problemáticas e Perspectivas".

Esse projeto também aproximou o grupo das iniciativas de reativação do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Alguns de seus membros são associados da Associação dos Amigos do Instituto Histórico e fazem parte do conselho editorial da "Revista Pilares da História", que esse instituto propõe-se a publicar.

Para enriquecer essas discussões com informações locais e para iniciar uma tradição de pesquisa sobre a região, os alunos de terceiro e quarto períodos do curso de história desenvolveram pesquisas sobre os bairros de Duque de Caxias. Essas investigações possibilitaram ao CEMPEDoch-BF acumular cerca de 80 monografias com informações sobre essas microrregiões. Atualmente esse projeto foi ampliado e abrange todos os municípios da região.

Essas monografias apresentam uma estrutura em três capítulos: o primeiro com o histórico da região a partir da chegada dos primeiros europeus; o segundo focaliza as cidades após a emancipação de cada uma delas de Iguazu; e um terceiro e último analisa o desenvolvimento urbano do bairro. Há, ainda, os anexos, que são entrevistas com antigos moradores e fotografias do bairro.

Esses estudos monográficos chocaram-se com um tipo de produção de uma história local que até os anos 80 era hegemônica. Uma história factual, *evenementile*, fundamentada na enunciação dos fatos e descritiva, de tradição positivista e fiel aos documentos. Um tipo de história que utilizava uma abordagem e estratégia narrativa sem apresentar problemas a serem investigados, sem indagar os fatos e a validade das fontes.

Apesar desse tipo de história ter importância e estar marcada por seu tempo, ela não conseguia fornecer explicações para as

²¹Esse projeto consistiu na colaboração para que a Faculdade, recém-inaugurada, criasse um núcleo de pesquisas. A princípio foi fornecida uma bibliografia, promovendo-se palestras e, durante três anos consecutivos, cursos sobre a História de Duque de Caxias. Esses cursos encerravam-se com uma atividade de campo que privilegiava os espaços onde as assistentes sociais atuariam.

problemáticas apresentadas pela Baixada Fluminense nos anos 90, pois ainda permanecia presa à visão idealizada da região do século XIX.

Nesse sentido, a história-problema, como aponta Le Goff²², constitui-se o marco teórico-metodológico das pesquisas, dos trabalhos elaborados e dos projetos desenvolvidos pelo CEMPEDOCH-BF e pela APPH-Clio. Apontar para as questões do presente como forma de indagação ao passado foi o eixo central das análises.

" Desta forma preenchia-se a proposta de se construir uma História-problema com uma abordagem interdisciplinar, como é apontado pela Nova História nas afirmações de Le Goff de que "mais do que nunca, os 'Annales' querem fazer entender, colocar os problemas da História. 'Proporcionar uma história não automática, mas problemática'. E mais do que nunca, os problemas de uma História para o tempo presente, para nos permitir viver e compreender 'num mundo em estado de instabilidade definitiva."²³

Essa escolha de abordagem, de narrativa e de método foi provocada pelas reflexões iniciais que moveram o grupo e que apontaram para a busca da compreensão desse "lugar social"²⁴, composto pela Baixada Fluminense, pela FEUDUC, pelos movimentos sociais e pelas salas de aula.

Essa opção norteou os projetos desenvolvidos: "Conhecendo a nossa História", "Visitando nossa memória", "Grupo Pró-Mestrado", que depois se chamaria "Grupo de Leituras"; "Repensando o Ensino da História" e a exposição iconográfica "De Iguassú à Baixada Fluminense".

O projeto "Visitando nossa memória" estabeleceu roteiros de acordo com os grupos de interesses, como atividade de campo ligada aos cursos sobre as cidades da Baixada Fluminense, apontando os

²² GOFF, Jacques Le. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. P. 33-34.

²³ GOFF, Jacques Le. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. P. 33-34.

²⁴ CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

problemas por eles. Dessa forma foram elaborados roteiros específicos para atender a cada segmento que participava dos cursos.. Foram atendidas as exigências de alunos do ensino médio, alunos e professores de vários cursos de graduação, e como recurso de ilustração das aulas expositivas apresentava-se a exposição de imagens "De Iguassú a Iguazu".

As atividades desenvolvidas ao longo dos anos 90 criaram a necessidade de uma maior formação acadêmica, já que quase todos os colaboradores eram egressos da FEUDUC e encontravam dificuldades de diálogo e penetração nos cursos oferecidos pelas instituições públicas, sobretudo as federais. Para tentar romper essas barreiras, foi organizado, em 1988, o "Grupo Pró-Mestrado", que depois se transformaria em "Grupo de Estudo".

Esse "Grupo de Estudo" foi formado devido às dificuldades de deslocamento para a capital em busca de uma melhor formação. Através da cotização financeira convidaram-se professores doutores das principais universidades do Rio de Janeiro para orientar as leituras referentes à Teoria da História, à elaboração de projetos direcionados aos programas de mestrado das universidades publicas e às discussões travadas sobre a história da região.

Desse grupo e das atividades do departamento se originaria a APPH-Clio. Os debates aí estabelecidos e a participação em eventos nacionais contribuíram para a formatação teórica do CEMPEDOCH-BF e, indiretamente, do próprio Departamento de História.

Os primeiros professores convidados causaram grande impacto e polêmicas, pois propunham uma desconstrução metodológica e conceitual das leituras acumuladas até então, que invariavelmente passavam pela perspectiva marxista da história.²⁵

Os editoriais do "Caderno de Textos de História Local e Regional da Baixada Fluminense: Hidra de Iguassú" são reflexos das leituras propostas. No primeiro número coloca-se em questão a "carga simbólica" do título do caderno e de sua responsabilidade em relação à "complexidade do real e do social".²⁶

²⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. **Proposta de Programas de Leituras**. Duque de Caxias: mimeo, 1999; e MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Programa de Leituras Básicas**. Duque de Caxias: mimeo, 2000.

²⁶ **Caderno de Textos de História Local e Regional da Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: FEUDUC/CEMPEDUCH-BF/APPH-CLIO. Ano I. n 1. Abril, 1999.

O segundo número foi influenciado pelos debates do XX Simpósio Nacional de História da ANPUH²⁷, realizado em 1999 na Universidade Federal de Santa Catarina. O editorial, referindo-se às novas abordagens e aos novos objetos, afirma que "frente a esses novos paradigmas e às novas ansiedades a Baixada Fluminense assume importância, pois a sua multiplicidade de manifestações está presente formando um campo fértil para pesquisas de caráter histórico, sociológico, antropológico e etnográfico"²⁸.

A aprovação, no ano 2000, de um dos participantes dessas instituições para o curso de mestrado da Universidade Federal Fluminense, e de outros quatro para o curso da Universidade Severino Sombra, em Vassouras, todos com projetos de pesquisa voltados para as questões da região, e a apresentação do grupo de trabalho intitulado "História da Baixada Fluminense", dentro da programação do IX Simpósio Regional²⁹, consolidaram a possibilidade de formação acadêmica alternativa.

A aproximação com a Universidade Severino Sombra, tornou-se fecunda pois ela se propõe a ser um local de debates historiográficos que privilegiem as questões regionais e possui uma localização e arquivos que se aproximam da história da Baixada Fluminense, abriu-se dessa forma a possibilidade de um local que pudesse receber os projetos do grupo que, em sua maioria, pretendia aprofundar sua formação acadêmica e que tinha, em grande parte, projetos voltados para a Baixada Fluminense mas encontrava dificuldades de apresentar seus projetos nas instituições da capital.

Por outro lado, frente às orientações dos professores e dos debates travados em nível nacional, fomentou-se nas duas instituições o debate teórico e sobre a forma de abordagem da história da região que de certa forma se afastava das propostas iniciais.

Colocava-se em questão, naquele momento, a própria identidade do grupo e as prioridades de projetos. Fatores sintomáticos desses debates foram o editorial do terceiro número do Caderno de

²⁷ História e Fronteiras. **XX Simpósio Nacional de História**. Universidade Federal de Santa Catarina. 1999.

²⁸ **Caderno de Textos de História Local e Regional da Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: FEUDUC/CEMPEDUCH-BF/APPH-CLIO. Ano II. n 2. julho, 2000.

²⁹ História, Memória e Comemorações. **IX Simpósio Regional de História**. Universidade Federal Fluminense, 2000.

Textos, a apresentação de uma comunicação coordenada no XXI Simpósio Nacional de História, e a organização das conferências da I Congresso de Professores e Pesquisadores da História da Baixada Fluminense que seguiam uma certa linha de abordagem histórica e o convite feito a um novo professor orientador de formação marxista para que colaborasse com o "Grupo de Leituras" na preparação dos projetos de pesquisa.

Um desses sintomas está no editorial do Caderno de Textos. Com referências a Castoriadis³⁰, até então estranho a esse grupo, e apontando para novas perspectivas do "fazer histórico", encontramos a seguinte afirmação: "O contato com outras áreas do conhecimento tem mostrado que fazer uma história do particular, no caso da Baixada, implica também no processo de articulação com outras 'histórias particulares', conferido-lhes um novo horizonte de enfoques e significados"³¹. Dessa forma, assumia-se a nova proposta de abordagem histórica apresentada pelos Annales, afastava-se ainda mais das perspectivas iniciais

As conferências apresentadas no I Congresso de Professores e Pesquisadores da História da Baixada Fluminense³², significativamente organizado em conjunto pelo Departamento de História da FEUDUC, pelo CEMPEDUCH-BF e pela APPH-Clio, demonstram a marca deixada pelas reflexões dos grupos de leitura e pela aproximação com professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Encontramos também essa marca na comunicação coordenada sob o título "Baixada Fluminense: História, Memória e Identidade Local", apresentada no XXI Simpósio Nacional de História, realizado na Universidade Federal Fluminense em 2001. Essa foi a primeira comunicação apresentada por alunos da FEUDUC em um encontro com as principais universidades do país e demonstra um salto

³⁰ CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

³¹ Editorial. In: **Caderno de Textos de História Local e Regional da Baixada Fluminense**. Duque de Caxias:FEUDUC/CEMPEDUCH-BF/APPH-CLIO. Ano II. n 3. Abril/Maio/Junho, 2000.

³² As conferências a que nos referimos aqui tiveram como temas: **História e Exclusão**, proferida pela professora doutora Maria Aparecida Rezende Mota e **História e Identidade** pelo professor doutor Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães, apresentadas no **I Congresso de Professores e Pesquisadores da História da Baixada Fluminense**, que teve como tema "De Iguasú à Baixada Fluminense: exclusão e identidade nos 500 anos", realizado na FEUDUC em setembro de 2000.

qualitativo nas ações dessas entidades no que se refere à afirmação de suas perspectivas de história e do ofício do historiador.

Ao ocuparem espaços nos debates acadêmicos travados nos encontros nacionais e regionais de historiadores e professores de história, ao criarem um local estratégico para aglutinação e divulgação da história produzida sobre a região; ao divulgarem suas pesquisas através de um órgão como o Caderno de Textos e promoverem cursos e atividades de campo que tenham como espaço privilegiado a Baixada Fluminense, o Departamento de História da FEUDUC, o CEMPEDUCH-BF e a APPH-Clio estabeleceram um marco historiográfico para a história da região e uma identidade própria, diferenciando-se do que era produzido até os anos 80. Demonstrou-se através de parcerias estabelecidas e dos espaços ocupados que é possível aliar a pesquisa histórica com a prática de sala de aula.

Essa conjugação de iniciativas e sua difusão pela Baixada Fluminense aumentaram a expectativa sobre a formação acadêmica oferecida pela instituição e transformaram-na num local privilegiado de fomentação de debates de políticas públicas que se referem à região.

A contratação, pelo Departamento de História, de dois ex-alunos que participaram dos "Grupo de Estudo" e que conseguiram ingressar nos cursos de mestrado com projetos de pesquisa com temas regionais; a afirmação da disciplina "História Regional" nos cursos de pós-graduação da instituição ministrados por esses professores e a orientação de pesquisa que eles oferecem aos alunos dos cursos demonstram, a princípio, a possibilidade de uma formação alternativa e a visão de mundo segundo o qual o conhecimento pode ser compartilhado e a formação contínua deve ser dialética, princípios que norteavam os projetos iniciados nos anos 90.

Mesmo com todo o desenvolvimento conquistado na última década, é preciso, ainda, fazer algumas indagações: Qual o papel do curso de História da FEUDUC na complexidade social que é a Baixada Fluminense? Qual a importância de um Centro de Memória, Pesquisa e Documentação dentro da perspectiva do atual desenvolvimento da região? A APPH-Clio, ao assumir uma identidade que lhe é característica, de professores de história que atuam na Baixada Fluminense e que têm como atividade de grupo e de intervenção social a construção de uma história da região, tornará o seu projeto

hegemônico? O diálogo com outros grupos que também têm a problemática regional como objeto de seus projetos e pesquisas resultará em políticas públicas positivas e que busquem uma melhoria da qualidade de vida da região?

Uma nova historiografia sobre a Baixada Fluminense está em construção, e a APPH-Clio, o Centro de Memória e o Departamento de História, por serem os únicos espaços que agregam iniciativas de caráter acadêmico, carregam uma imensa responsabilidade quanto à história que está sendo produzida e divulgada, assim como quanto aos seus desdobramentos.

SESSÃO “MEMÓRIA VIVA”

MEMÓRIA VIVA: UMA APRESENTAÇÃO

Antônio Augusto Braz¹

A partir do próximo número o leitor da Revista Pilares da História encontrará nesse espaço uma seção de entrevistas que reunirá uma sucessão de depoimentos de cidadãos que atravessaram a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Não haverá um único tema ou determinado segmento social privilegiado ao longo das sucessivas publicações. Ao contrário, o que se deseja é abranger o mais amplo leque de representatividade social, política e cultural do denso tecido de relações históricas que compuseram e compõem nossa região.

Espera-se com isso oferecer ao leitor comum ou especializado uma densa "documentação oral"² que sirva ao primeiro como veículo que o levará através dos fragmentos da memória individual, ao encontro de alguns aspectos da vida passada e presente da região, e ao segundo, pesquisadores, uma fonte capaz de oferecer os mais diversos matizes da memória coletiva que partilhamos.

Tendo em vista o que a seção pretende, é pertinente então deixar claro o que entendemos como memória coletiva e qual o seu papel junto ao ofício do historiador contemporâneo.

Quando recordamos, agimos individualmente. Essas lembranças, quando são reveladas e socializadas, tornam-se fatos sociais. A memória individual torna-se então memória social. Ou memória coletiva. Uma das funções sociais dessa memória é dar uma identidade aos grupos que a produzem. Nesse sentido, em uma sociedade não existe uma memória, e sim múltiplas, tantos quantos

¹Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias.

Pós-graduado em História Social do Brasil pela mesma faculdade.

Professor da rede particular e pública municipal de Duque de Caxias.

Mestrando em História Social do Trabalho pela Universidade Severino Sombra - Vassouras - RJ.

Diretor do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense / Fundação Educacional de Duque de Caxias. Coordenador do curso de Pós-graduação em História Social do Brasil (lato sensu) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias.

²Marieta de Moraes Ferreira. **História oral: um inventário das diferenças.** In: Ferreira, Marieta de Moraes (coord.). *Entrevistas: abordagens e usos da história oral.* RJ. FGV. 1994. p.11

forem os grupos que a compõem.

O controle de um desses grupos sobre os demais ou de uma classe sobre outra leva à imposição da memória da primeira como memória de todos, sufocando as demais, calando-as, silenciando os demais segmentos sociais.

Cientes desse fenômeno, os historiadores profissionais têm investido na análise das memórias silenciadas. Memórias étnicas e grupos de comportamento têm suas histórias revisitadas. Entrevistas e depoimentos colhidos sistematicamente têm servido à História como preciosas fontes e inspirações para objetos de pesquisa.

Uma outra memória social que se tem buscado abordar diz respeito às periferias regionais e às localidades. É nesse caso que nos enquadramos. A construção da História da Baixada Fluminense exige esse esforço de coleta e análise.

Mas, antes de avançarmos em nossas considerações, é preciso afirmar a diferença entre Memória e História do ponto de vista de sua natureza e função.

"Muito se tem escrito sobre os conceitos de História e Memória e suas gritantes diferenças. Mas o senso comum tem até hoje operado esses termos como se eles fossem meros sinônimos. (...)

Mas o fato é que a memória e a história não são sinônimos. Ao contrário da primeira, a história aposta na descontinuidade, pois ela é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. (...)

Quando falamos de memória devemos levar em conta que ela constrói uma linha reta com o passado, se alimentando de lembranças vagas, contraditórias, (...) a memória é também positiva e positivista, reafirmando, muitas vezes um passado de riquezas, que ao ser lembrado antecipa um futuro pleno de potencialidades".³

Da clara lição que nos dá a professora Marcia Maria Menendes Motta, reafirmamos que esse esforço de construção de nossa História Local e Regional apóia-se na análise de suas memórias coletivas e que a construção desse "banco de oralidade" aqui na seção Memória Viva é

³ Mária Maria Menendes Motta. **História e Memória**. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.): História. Pensar & Fazer. Rio de Janeiro. LDH. 1998. p. 75 e 76.

uma contribuição fundamental.

Mas a "operação histórica"⁴ que realizaremos não se limitará a simples coleta e arquivo dessas lembranças individuais. Pretendemos sua problematização. Os depoimentos que a seção abrigará terão sua função estimuladora, daí a necessidade de serem os mais plurais possíveis, como já afirmamos mais acima.

Afinal, reconhecemos, como o importante historiador francês Jacques Le Goff, a necessidade estratégica da democratização da memória social e, sendo assim, encerramos essa apresentação com sua preciosa consideração.

"A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória sirva para a libertação e não para a servidão dos homens".⁵

Então Viva a Memória...

Leia a Memória Viva...

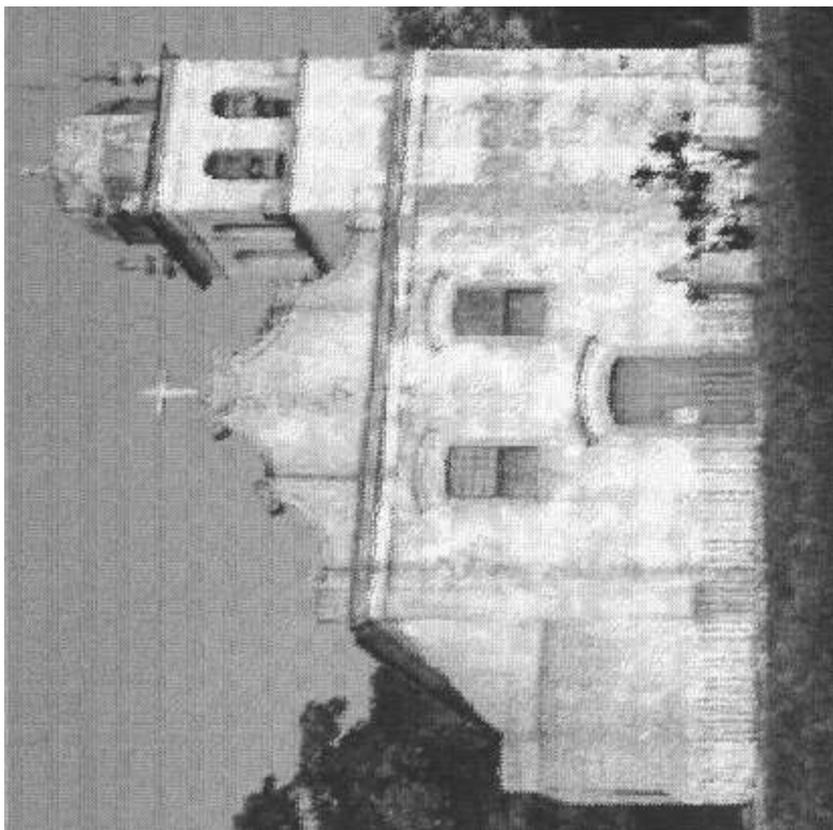
⁴ Conceito elaborado por Michel de Certeau in: **A Escrita da História**. Editora Forense. RJ. 1982.

⁵ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora Unicamp. SP. 1996. p. 477

SESSÃO “ICONOGRAFIA”



VISTA PARCIAL DO INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
- SETEMBRO DE 2002 -
Acervo iconográfico do Instituto Histórico



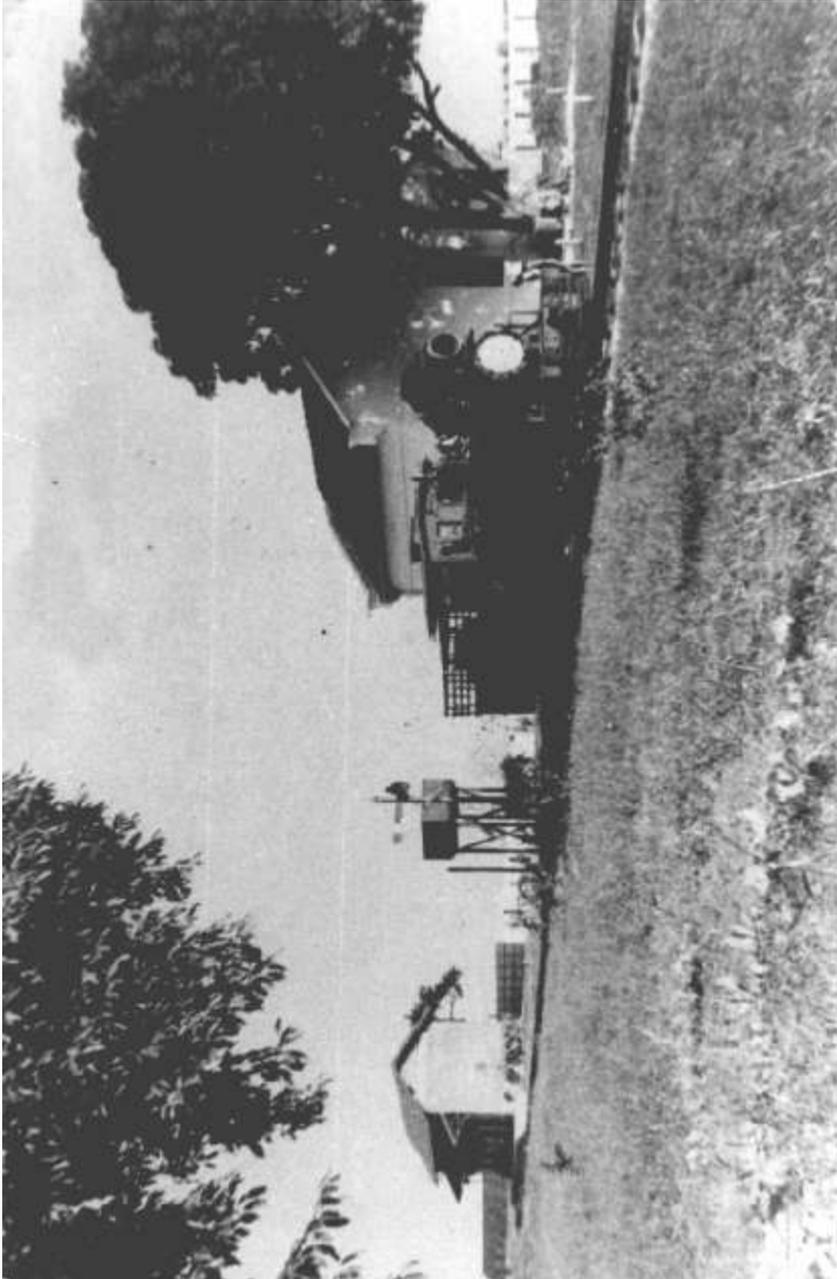
VISTA DA IGREJA NOSSA SENHORA DO PILAR
Acervo iconográfico do Instituto Histórico



**RUÍNAS DE UM ENGENHO REAL "DE ÁGUA", DE PROPRIEDADE DESCONHECIDA,
LOCALIZADO NAS ENCOSTAS DA SERRA DOS ÓRGÃOS EM PAU GRANDE - MAGÉ**
Acervo iconográfico do Ipatb



SEDE DA FAZENDA SÃO BERNARDINO
ÓLEO SOBRE TELA - GUILHERME PERES
Acervo iconográfico de Guilherme Peres



ESTAÇÃO GUIA DE PACOBAÍBA
Acervo iconográfico do Ipatb



INAUGURAÇÃO DA FEIRA DE ARTE NO CALÇADÃO DE DUQUE DE CAXIAS, VENDENDO-SE À FRENTE DO PREFEITO RENATO MOREIRA NA FONSECA, STÉLIO LACERDA E ARMANDO VALENTE. A ESPOSA DO PREFEITO, SENHORA HEDA CASTRO DA FONSECA, COBRE O ROSTO PROTEGENDO-SE DO SOL. NA PARTE SUPERIOR DA FOTO, VÊ-SE O RELÓGIO DA PRAÇA DA EMANCIPAÇÃO, DAÍ A DESIGNAÇÃO POPULAR DAQUELE LOGRADOURO: "PRAÇA DO RELÓGIO".

- 21 DE MARÇO DE 1976 -

Acervo iconográfico de Francisco Barboza Leite



ENTREPOSTO COMERCIAL DA ANTIGA FAZENDA SÃO BENTO,
ATUALMENTE PARTE DO CAMPUS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE DUQUE DE CAXIAS
Acervo iconográfico do Cempedoch-BF / Feuduc

A ASAMIH E O INSTITUTO HISTÓRICO

A Associação dos Amigos do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias - Asamih - poderá ser a peça que diferenciará a preservação e ampliação do acervo que conta a história não só do município, mas de toda uma região. Ela surgiu para dar maior dinamização ao funcionamento do Instituto Histórico, estimulando maior participação dos setores organizados da sociedade, e conseqüentemente, promovendo uma maior divulgação do órgão.

Criada para colaborar com o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico, a Asamih será o elo entre a população e o órgão de pesquisa, já que apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, tem entre suas finalidades adquirir acervo, sustentar programas de processamento técnico, conservação e restauração de obras e incentivar exposições.

Consta ainda de seu estatuto, aprovado pelos sócios - em número ilimitado, mas composto atualmente por intelectuais e pesquisadores do maior renome na Baixada Fluminense e cidadãos comuns que manifestam interesse pela cultura e história -, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades assemelhadas, o apoio à reprodução de documentos do Instituto Histórico, o incentivo à integração cultural com a comunidade e um programa de captação de recursos financeiros para a instalação de projetos culturais.

CONSELHO DELIBERATIVOEfetivos

MARIA VITÓRIA SOUZA GUIMARÃES LEAL (Presidente)

MARIA DE JESUS MENDES LIMA (Vice-Presidente)

WASHINGTON LUIZ JUNIOR (Secretário)

ÁLVARO LOPES

ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ

GILBERTO JOSÉ DA SILVA

ÍRIS POUBEL DE MENEZES FERRARI

RUYTER POUBEL

TELMA TEIXEIRA DE LIMA

Suplentes

ANDRÉ LUIZ LOPES VIANNA

ARISTIDES FERREIRA MULIM

DINA SILVA GUERRA

MAGDA DOS SANTOS JUNGER

PAULO CHRISTIANO MAINHARD

PAULO PEDRO DA SILVA

SANDRA GODINHO MAGGESSI PEREIRA

ROBERTO FERREIRA DE CARVALHO

STÉLIO JOSÉ DA SILVA LACERDA

DIRETORIA EXECUTIVADiretora TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDADiretor Adjunto GÊNESIS PEREIRA TORRESTesoureiro NIELSON ROSA BEZERRACONSELHO FISCALEfetivos

CARLOS DE SÁ BEZERRA

MARLUCIA SOUZA SANTOS

ROGÉRIO TORRES DA CUNHA

Suplentes

ALEXANDER VALLA

ALEXANDRE DOS SANTOS MARQUES

ERCÍLIA COELHO DE OLIVEIRA

SÓCIOS FUNDADORES

ADALGISA SILVA DE OLIVEIRA
ADÃO LÚCIO GASPAR
AGRINALDO ALVES FARIAS
ALEXSANDRO LOUREIRO DA SILVA
ANA CRISTINA MORAES DA ROCHA
ANA MARIA MANSUR DIAS
ANDERSON BENVINDO LOPES
ANÍDIA SANTOS DA COSTA
ANTENOR GOMES FILHO
ARACY OLIVEIRA VEILLARD
CARLOS RENATO DE OLIVEIRA CUNHA
CLAUDIA COUTINHO CALLADO
CLAUDIO CESAR FREITAS MOREIRA
CLEINA MUNIZ COSTA
EDELSON GAMA DE MENEZES
FARID DAVID SÃO TIAGO
ELIAS PESSANHA MOREIRA FILHO
GILSON JOSÉ DA SILVA
GILVAN JOSÉ DA SILVA
GLEISSI TEIXEIRA DA SILVA
HABACUQUE BRIGIDO DOS SANTOS
INGRID JUNGER DE ASSIS
JOÃO MELEIRO DE CASTILHO
JOSÉ CARLOS DA SILVA
JOSÉ CARLOS CRUZ
LAURECY DE SOUZA VILLAR
LAURY DE SOUZA VILLAR
LIGIA MARIA DE LUNA
LUIZ CARLOS DOMINGUES
LUZIA LUZIETE DE OLIVEIRA LUCAS
MAGDA DOS SANTOS JUNGER
MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA BRAVO
MÁRIO VASCONCELLOS FERNANDES
MARÍLIA NOGUEIRA DE SOUZA
MARISETE CONCEIÇÃO GARRIDO DE BARROS
OSVALDIR DIDI GOMES FRAGA
ROBERTO FERREIRA DE CARVALHO

ROBERTO LIMA DAVID
ROBSON GAMA
RONALDO F. DE OLIVEIRA
ROSA MARIA OLIVEIRA DOS SANTOS
ROSELENA BRAZ VEILLARD
ROSELI LOPES GOMES SOUZA
SANDRA GERMANO MACHADO
SÉRGIO LOCATEL BARRETO
SILVANA CARVALHO DE BARROS
SONIA CRISTINA DE SOUZA PAIS
WALDOMIRO FRANCISCO DAS NEVES
TELMA PATRÍCIA ALMEIDA DE SOUZA
TELMA TEIXEIRA DE LIMA
ZILDA BARRETO DA SILVA

ALDA REGINA SIQUEIRA ASSUMPCÃO
ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO
ADILSON M. FONTENELLE
ADRIANO ALVES CARDOSO DA SILVA
ALDECI JUNGER
ÁLVARO LOPES
ALEXANDER VALLA
ALEXANDRE DOS SANTOS MARQUES
ALINE F. PEREIRA
ANA LUCIA DA SILVA AMARO
ANA LUCIA SILVA ENNE
ANA MARIA DA SILVA AMARO
ANILTON LOUREIRO DA SILVA
ANDRÉ LUIZ LOPES VIANNA
ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ
ANTONIO JORGE MATOS
ANTÔNIO LACERDA DE MENEZES
ARISTIDES FERREIRA MULIM
ARLETE DO AMARAL PINTO
AUZENIR GONDIM E SOUZA
CARLA CRISTIANE PEREIRA DO NASCIMENTO
CARLOS HENRIQUE ASSUNÇÃO PAIVA
CARLOS DE SÁ BEZERRA
CECÍLIA CUNHA FRANÇA
CID HOMERO FERREIRA DOS SANTOS

CLÁUDIO DE OLIVEIRA
CLÁUDIO JOSÉ BASTOS LOPES
CLAUDIO UMPIERRE CARLAM
DINA SILVA GUERRA
DIOGO DE OLIVEIRA RAMOS
DENIZE RAMOS FERREIRA
EDIELIO DOS SANTOS MENDONÇA
EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA
ELDEMAR BATISTA DE SOUZA
ELISABETH SILVA DE OLIVEIRA
ELISETE ROSA HENRIQUES
EMIDIO DA SILVA AMARO
ERCÍLIA COÊLHO DE OLIVEIRA
ERUNDINO LORENZO GONZALES FILHO
EUGÊNIO SCIAMMARELLA JÚNIOR
EVANDRO CYRILLO MARQUES
FÁBIO MARTINS RIBEIRO
FERNANDO PEREGRINO
FRANCISCO BERNARDO VIEIRA
FRANCISCO CARLOS MACIEL
FRANCISCO QUIXABA SOBRINHO
GÊNESIS PEREIRA TORRES
GESSER MELO
GILBERTO JOSÉ DA SILVA
GILSON RAMOS DA SILVA
GRAÇA LEANA DA SILVA LINHARES
GUILHERME PERES DE CARVALHO
HERMES ARAUJO MACHADO
ÍRIS POUBEL DE MENEZES FERRARI
IVON ALVES DE ARAUJO
JACQUELINE DE CASSIA PINHEIRO LIMA
JAMILA PINHEIRO ELMAIS
JELCY WILLKENS TRIGUEIRO FILHO
JOSÉ LUIZ LOUREIRO DE MENDONÇA
JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
JOSUÉ CARDOSO PEREIRA
JOSUÉ CASTRO DE ALMEIDA
LAUDICÉA CASTRO DE ALMEIDA
LUCIENE ALCINDA DE MEDEIROS

LUIZ ANTÔNIO VENEIO DA ROCHA DE FREITAS
LUIZ CARLOS SILVEIRA DE CAMPOS
LUIZ HENRIQUE SILVA VIEIRA
LUZIA DE OLIVEIRA
MANOEL MATHIAS THIBÚRCIO FILHO
MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA
MARCO AURÉLIO TEIXEIRA BAPTISTA DE LEÃO
MARCO ANTÔNIO GARCIA PEREIRA
MARCOS GOMES DA SILVA
MARCUS ANTÔNIO MONTEIRO NOGUEIRA
MARIA ALICE DE OLIVEIRA DOMINICALLI
MARIA DE JESUS MENDES LIMA
MARIA VITÓRIA SOUZA GUIMARÃES LEAL
MARIA ZÊNIA CORREIA DOMINGUES
MARIZE CONCEIÇÃO DE JESUS
MARLUCIA SANTOS DE SOUZA
MARTHA IGNEZ DE FREITAS ROSSI
MIGUEL ARCANJO PUGGIAN
NÁDIA APARECIDA TOBIAS FELIX
NEY ALBERTO GONÇALVES DE BARROS
NIELSON ROSA BEZERRA
NILSON MOREIRA CAMPOS DONIZETH
ODEMIR CAPISTRANO SILVA
PAULO CESAR RAMOS PEREIRA
PAULO CHRISTIANO MAINHARD
PAULO PEDRO DA SILVA
PAULO ROBERTO TEIXEIRA LOPES
PAULO ROBERTO CLARINDO
PAULO ROBERTO REIS FRANCO
ROBERTO GAMA JÚNIOR
ROBERTO GASPARI RIBEIRO
ROBERTO MAXWELL
ROGÉRIO TORRES DA CUNHA
ROSANGELA DAVID W. G. DE LIMA
ROSA CRISTINA DA SILVA LEITE
ROSEMAR DA PAZ NOGUEIRA BRANCO
ROMEU MENEZES DOS SANTOS
RUYTER POUBEL
SANDRA GODINHO MAGGESSI PEREIRA
SANDRA REGINA DE SOUZA CRUZ FERREIRA

SELMA MARIA DA SILVA RODRIGUES

STÉLIO JOSÉ DA SILVA LACERDA

SUELY ALVES SILVA

TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDA

THIAGO REGO DA COSTA

UBIRATAN CRUZ

VILMA CORRÊA AMANCIO DA SILVA

VITOR LUCIANO BASTOS LOPES

WASHINGTON LUIZ JUNIOR



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

14ª LEGISLATURA

MESA EXECUTIVA PARA O BIÊNIO 2001 / 2003

Presidente:	GILBERTO JOSÉ DA SILVA
1º Vice-Presidente:	GERALDO DE SOUZA
2º Vice-Presidente:	MARIA LEIDE DE OLIVEIRA
1º Secretário:	NIVAN ALMEIDA
2º Secretário:	ADRIÃO PEREIRA NOGUEIRA

VEREADORES

AILTON ABREU NASCIMENTO
AÍRTON LOPES DA SILVA
CARLOS ELI DE OLIVEIRA SANCHES
DIVAIR ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR
JOAQUIM ANTÔNIO MOREIRA
JONAS DOS SANTOS
JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
LAURY DE SOUZA VILLAR
LUIZ ANTÔNIO VENEIO DA ROCHA DE FREITAS
MARCOS ELIAS FREITAS PESSANHA MOREIRA
MOACYR RODRIGUES DA SILVA
ODILON REIS PATROCINO
REGINALDO FIGUEIREDO DA CRUZ
SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA
SÉRGIO CID DO NASCIMENTO
SEVERINO GOMES DE OLIVEIRA

Diretor Geral: **ROBERTO FERREIRA DE CARVALHO**

